

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA
ANA CRISTINA DE SOUZA COSTA**

**A CARTA QUE "CAMINHA" PARA A CRÔNICA:
O TEXTO DE PERO VAZ DE CAMINHA E O GÊNERO CRÔNICA DE VIAGEM**

Juiz de Fora
2017

ANA CRISTINA DE SOUZA COSTA

**A CARTA QUE "CAMINHA" PARA A CRÔNICA:
O TEXTO DE PERO VAZ DE CAMINHA E O GÊNERO CRÔNICA DE VIAGEM**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura Brasileira: enfoques transdisciplinares e transmidiáticos.

Orientador: Dr. Rodrigo Fialho Silva

Juiz de Fora
2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca – CES/JF

Costa, Ana Cristina de Souza

A carta que "caminha" para a crônica: o texto de Pero Vaz de Caminha e o gênero crônica de viagem / Ana Cristina de Souza Costa. -- Juiz de Fora, 2017.
94 f.

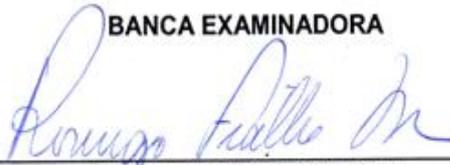
Orientador: Dr. Rodrigo Fialho Silva.
Dissertação – Mestrado em Letras – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (MG).
Inclui bibliografia.

1. Letras. 2. Cartas. 3. Viagens marítimas. 4. Crônicas. 5. Caminha, Pero Vaz de. I. Silva, Rodrigo Fialho. II. Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. III. Título.

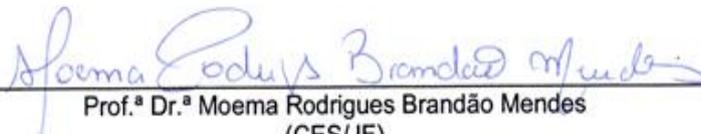
CDD – 981.01

COSTA, Ana Cristina de Souza. **A Carta que "Caminha" para crônica**: o texto de Pero Vaz de Caminha e o gênero crônica de viagem. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, CES/JF, área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de pesquisa: Literatura Brasileira: enfoques transdisciplinares e transmidiáticos., realizada no 1º semestre de 2017.

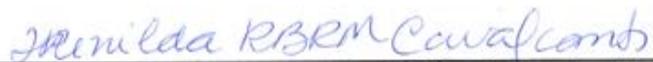
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rodrigo Fialho Silva
(CES/JF)



Prof.ª Dr.ª Moema Rodrigues Brandão Mendes
(CES/JF)



Prof.ª Dr.ª Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira Cavalcanti
(Universidade Severino Sombra - USS)

Examinado(a) em: 27/04/2017

Aos maiores incentivadores desta
pesquisa: meus alunos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente nesta trajetória, em especial:

À minha família que apoiou minhas escolhas e minhas decisões;

Aos meus colegas do curso de Mestrado, da reconhecida turma bebê, que durante estes quase trinta meses formaram um equipe unida e amiga, que em sala de aula ou nas conversas nos corredores, torceram, vibraram, choraram e acima de tudo acreditaram que seria possível;

Aos professores do Programa de Mestrado em Letras do CES/JF por todo suporte, não apenas teórico, mas também emocional e psicológico. Cada um de vocês, mestres, em cada encontro, soube certamente nos conduzir ao sucesso não apenas acadêmico, mas também às conquistas pessoais. Foram, aulas, textos, vídeos, seminários que nos tornaram indivíduos melhores;

Com carinho especial, agradeço ao Professor Dr. Rodrigo Fialho Silva, que não poderia ter sido escolha mais feliz para orientar esta pesquisa. Foi este o responsável por propor sair da zona de conforto da Literatura e me convidar a uma viagem pelo desconhecido nos mares da História;

Não menos importante, agradeço à Prof.^a Dr.^a Moema Rodrigues Brandão Mendes que em sua condição de coordenadora do curso de Mestrado em Letras nos recebeu, ensinou, orientou e em se tratando especificamente desta pesquisa, acreditou e sem cansaço lutou para defender A Carta de Caminha em seu lugar merecido de importância na Literatura Brasileira;

À Prof.^a Dr.^a Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira Cavalcanti, agradeço pelas observações, sugestões e até mesmo as provocações feitas e ainda pelo carinho e cuidado em ler este trabalho e aceitar fazer parte desta viagem.

Por fim, o agradecimento que não pode ser medido em palavras ao meu marido Evandro e à minha irmã Madá, que juntos, acudiram-me, ergueram-me por várias vezes e nunca me deixaram pensar em desistir diante da dor, das perdas e demais tormentas dessa jornada.

E a Deus, agradeço por ter permitido que todas estas pessoas cruzassem o meu caminho e me guiassem como capitães e suas caravelas a chegar onde estou.

Os homens descobriram a totalidade de
que fazem parte. Até então, formavam
uma parte sem todo. Tzevan Todorov

RESUMO

COSTA, Ana Cristina de Souza. **A Carta que “Caminha” para crônica**: o texto de Pero Vaz de Caminha e o gênero crônica de viagem. 94 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Letras). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

Este trabalho tem como objetivo analisar **A Carta de Pero Vaz de Caminha** (1999) considerando que o texto do escrivão português transita em sua composição entre os gêneros Carta e Crônica. Com intuito de apresentar a nova terra ao Rei de Portugal, o escrivão compôs um relato repleto de impressões que traduzem os sentimentos e as expectativas dos portugueses que seguiam em aventuras marítimas, dos nativos encontrados em terra recém-achada e também a sua própria interpretação das experiências vividas em mar e em terra-firme. O texto de Caminha dá voz ao imaginário da época das grandes navegações e desperta reflexões a respeito do primeiro contato entre os portugueses e índios, conforme as proposições de Sérgio Buarque de Holanda, Laura de Mello e Souza e Mary Del Priore. Além da leitura sob o viés historiográfico, esta pesquisa buscou traçar um paralelo entre a estrutura dos gêneros textuais Carta e Crônica estabelecendo um enfoque literário acerca da carta ao Rei D. Manuel. A abordagem teórica baseou-se nos estudos da Nova Crítica, introduzidos por Afrânio Coutinho, que estabeleceram os conceitos sobre gêneros narrativos e suas estruturas. Desse modo, nesta dissertação, o texto de Caminha foi analisado a partir de um enfoque transdisciplinar por ser entendido como fonte imprescindível para a História e Literatura Brasileira. Sendo assim, este estudo possibilitou a leitura da Carta de Caminha não apenas a partir de seus aspectos epistolares, mas também com as vertentes narrativas de uma crônica de viagem.

Palavras-chave: Carta. Crônica. Literatura de viagem. Historiografia. documento-literário.

ABSTRACT

This paper aims to analyze The Letter of Pero Vaz de Caminha considering that the text of the Portuguese writer transits in its composition between the genera Letter and Chronic. In order to present the new land to the King of Portugal, the writer composed an account full of impressions that reflect the feelings and expectations of the Portuguese who followed in maritime adventures, the natives found on newly found land and also their own interpretation of the Experiences at sea and on land. The text of Caminha gives voice to the imagery of the time of the great navigations and awakens reflections about the first contact between the Portuguese and the Indians, according to the propositions of Sérgio Buarque de Holanda, Laura de Mello e Souza and Mary Del Priore. Besides reading under the historiographic bias, this research sought to draw a parallel between the structure of the textual genres Letter and Chronicle establishing a literary focus on the letter to King D. Manuel. The theoretical approach was based on the studies of the New Criticism, introduced by Afrânio Coutinho, who established the concepts about narrative genres and their structures. Thus, in this dissertation, the text of Caminha was analyzed from a transdisciplinary approach because it is understood as an essential source for Brazilian History and Literature. So, this study enabled the reading of Caminha's Letter not only from its epistolary aspects, but also from the narrative aspects of a travel chronicle.

Keywords: Letter. Chronicle. Travel literature. Historiography. literary document.

LISTA DE SIGLAS

INCM	Imprensa Nacional da Casa da Moeda
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	LITERATURA BRASILEIRA: CONCEITOS E GÊNEROS TEXTUAIS	14
2.1	A CARTA: ESCRITAS	23
2.2	A CRÔNICA: IMPRESSÕES	30
3	O VALOR DE UMA CARTA: NEM AFORMOSEAR NEM AFEAR	39
3.1	A CARTA COMO DOCUMENTO HISTÓRICO E LITERÁRIO.	47
3.2	O IMAGINÁRIO EM TORNO DAS PALAVRAS QUE NAVEGAM.....	53
4	NA CARTA, UMA (S) CRÔNICA (S)	63
4.1	O UNIVERSO NARRATIVO CARREGADO NAS TINTAS	68
4.2	LITERATURA,VIAGEM E VISÃO DE MUNDO	85
5	CONCLUSÃO	89
	REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

A Carta de Pero Vaz de Caminha (1999), assim como diversas outras missivas, ultrapassa a barreira de ser um texto com função unicamente comunicativa entre um remetente e um destinatário. É no texto do escrivão português que se reconhecem as primeiras impressões e até mesmo os primeiros equívocos que os portugueses tiveram em relação ao território recém encontrado. Foi **A Carta de Caminha** o texto que pôde confirmar e também desmistificar algumas crenças europeias à época das Grandes Navegações, seria ao longo do tempo, este mesmo texto, o documento que possibilitaria traçar o perfil do território e do gentio antes da colonização portuguesa.

Além do seu valor documental e histórico, a Carta se tornou um texto literário que apresenta em sua composição relatos da experiência do descobrimento. São os fatos narrados pelo escrivão que configuram o texto como uma crônica de viagem e que este trabalho se propôs a analisar.

Dessa forma, para estudar **A Carta de Caminha** como *corpus* desta pesquisa, primeiramente foi necessário considerar que o manuscrito é parte integrante da Literatura Brasileira, para tal aceitação, os conceitos literários e históricos do sociólogo Antonio Candido (1989) e dos historiadores Luciana Stegagno Picchio (1997) e Luiz Roncari (1995) foram fundamentais e, assim, compõem a segunda seção deste trabalho. O diálogo entre estes teóricos contribuiu para o entendimento da obra do escrivão português como parte fundamental da Literatura Brasileira.

A fim de melhor compreender os elementos narrativos que constam no manuscrito do escrivão português, esta pesquisa também dispõe da teoria da Nova Crítica e das análises dos teóricos Ana Cristina Lopes e Carlos Reis (2007) para melhor distinguir os elementos dos textos de estrutura narrativa.

Ainda para auxiliar no objetivo de analisar **A Carta de Caminha** como uma crônica, nas subseções 2.1 e 2.2, os gêneros carta e crônica foram observados e para se fazer valer das características inerentes aos dois gêneros, foram utilizados os critérios dos pesquisadores Afrânio Coutinho (1967) e Matildes Demétrio dos Santos (1998)

As considerações de Jorge de Sá (1997) e de William Valentine Redmond (2010) sobre o gênero crônica também contribuíram para o objetivo deste trabalho. O estudo destes dois teóricos favoreceu a concepção de que o texto de Caminha

trata de uma crônica ao se entender que o cronista é aquele que relata o circunstancial e que experimenta e vivencia sua narrativa.

Na terceira seção, pretendeu-se entender **A Carta de Caminha** como um documento de valor histórico e literário, bem como situar o contexto em que fora escrita, levando em consideração o imaginário na época das Grandes Navegações. Para contribuir com o embasamento teórico desta seção, foram exploradas as considerações feitas pelo professor e historiador brasileiro Silvio Castro (2015) e pelos pesquisadores portugueses Manuel Viegas Guerreiro e Eduardo Nunes (1974) e apesar de ter uma bibliografia questionada por alguns historiadores, esta pesquisa também recorreu aos textos do jornalista Eduardo Bueno (2006) para apresentar um panorama do contexto de produção da **Carta de Pero Vaz de Caminha** (1999)

Para fundamentar a análise sobre o valor histórico do texto, considerou-se a concepção de José D'Assunção Barros (2012) sobre fontes históricas. E somado aos seus conceitos, também se fez necessário conceber as concepções das pesquisadoras Virgínia Camilotti e Márcia Regina Naxara (2009) para auxiliar a compreender como se deu a relação entre História e Literatura com o passar dos anos.

Na subseção 3.2, configuram-se as ideias sobre o imaginário da época das viagens ultramarinas. Nessa seção, foram exploradas as pesquisas do historiador Sérgio Buarque de Holanda (2000) e, para dialogar com as concepções de Silvio Castro e Holanda acerca do imaginário europeu e da importância das grandes navegações, a pesquisa também se propôs a estudar os preceitos da historiadora Laura de Mello e Souza (1986) Esses teóricos, em suas considerações, sugerem a perspectiva do imaginário europeu e a contribuição das narrativas de viagens como elementos motivadores para confrontação da realidade. Ainda nesta subseção, são elencadas observações da pesquisadora Mary del Priore (2016), que suscitam que **A Carta de Pero Vaz de Caminha** (1999) contribuiu para a Europa repensar as ideias do paraíso terrestre.

Na quarta e última seção pretende-se apresentar as crônicas que compõem **A Carta de Caminha**, tendo, portanto, como objetivo na subseção 4.1, identificar a Carta como crônica a partir de seus elementos narrativos, considerando aspectos já apresentados sobre o gênero em questão retomando a teoria da Nova Crítica e os conceitos dos pesquisadores Ana Cristina Lopes e Carlos Reis (2007). Nesta mesma subseção, retomam-se as análises dos pesquisadores Silvio Castro (2015) e Manuel

Viegas Guerreiro e Eduardo Nunes (1974). As análises dos teóricos auxiliarão para respaldar a intenção narrativa do escrivão ao produzir a carta ao rei de Portugal. São essas observações que apontam Pero Vaz de Caminha como o primeiro cronista do Brasil e suportam a ideia de que a Carta inicia-se como um típico texto epistolar, entretanto direciona-se para uma crônica por apresentar um significativo campo narrativo.

Já na subseção 4.2, pretendeu-se expor a importância desta Crônica somada a outros documentos de viagem para traçar o perfil do homem e a visão de mundo que nascia diante das descobertas marítimas. Esta subseção apresenta os conceitos de Guillermo Giucci (1991) que elenca a importância dos cronistas e seus relatos real-maravilhosos e ressalta a contribuição dos mareantes como descobridores do Novo Mundo.

Somado às concepções de Giucci (1991), esta subseção dedicou-se também ao estudo da identidade e do reconhecimento diante do Outro com as contribuições das pesquisadoras Mary Del Priore (1992), Ivonete da Silva Souza e Ana Maria Sabino (1999). E os preceitos do filósofo Tzvetan Todorov (1999) auxiliaram a posicionar **A Carta de Caminha** como um texto que favoreceu a compreensão de que era possível descobrir os outros em si mesmo. Por fim, segue a Conclusão.

Os dados e as informações que compõem esta dissertação foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e exploratória e análise de fontes primárias e secundárias. Este trabalho se insere na linha de pesquisa sobre Literatura Brasileira: enfoques transdisciplinares e transmidiáticos.

2 LITERATURA BRASILEIRA: CONCEITOS E GÊNEROS TEXTUAIS

Encaremos, portanto, serenamente o nosso vínculo placentário com as literaturas europeias, pois ele não é uma opção, mas um fato quase natural. Antonio Candido

Antes de se pensar em uma Literatura Brasileira é preciso compreender que sua formação reúne aspectos expressivos de culturas diversas e que, portanto, a literatura brasileira, como tantas outras, é devedora do patrimônio literário ocidental, sobretudo dos países de ascendência europeia. Antes da chegada dos portugueses ao Novo Mundo, a literatura ocidental já estava edificada. Em aproximadamente vinte e cinco séculos, as culturas europeias já haviam tido contato com as literaturas gregas, romanas e medievais, até atingirem seu apogeu no período renascentista quando as mesmas se tornam referências para ressignificações e críticas que irão marcar, de maneira significativa, a época moderna.

A literatura brasileira, até adquirir características particulares e próprias, foi se constituindo de ramificações de outras culturas europeias. Neste caso, a literatura portuguesa se sobrepõe às demais literaturas na contribuição da formação da literatura brasileira, por fatores históricos, uma vez que o povo português foi o responsável pela colonização das terras brasileiras, e também por aspectos linguísticos, já que a língua portuguesa passou a nortear as interações comunicativas que viriam a marcar e delinear a produção literária brasileira.

É certo que as discussões acerca da formação da Literatura Brasileira envolvem muitos critérios, mas não há como desconsiderar que a influência da cultura portuguesa, do colonizador, traz uma marca que não se pode apagar na constituição literária no Brasil. O crítico Antonio Candido (1989) apresenta, no *corpus* de seus ensaios, importantes concepções teórico-críticas relativas ao processo constitutivo da literatura latino-americana. Menciona em seus estudos que, se o processo de colonização for melhor compreendido para nossa formação sociocultural, a presença da literatura portuguesa nada terá a influenciar negativamente a formação da cultura brasileira, a saber:

Historicamente a literatura do período colonial foi algo inevitavelmente imposto, como o resto do equipamento cultural dos portugueses. E este fato nada tem de negativo em si, desde que focalizemos a colonização, não pelo que poderia ter sido, mas pelo que realmente foi como processo de criação do país, como todas suas misérias e grandezas (CANDIDO, 1989. p.176).

Sendo assim é possível compreender que os anos iniciais da colonização da América Portuguesa foram responsáveis para formação histórica e cultural de uma literatura brasileira. Ainda de acordo com as fundamentações do sociólogo, é necessário reconhecer que a literatura brasileira, mesmo se tornando independente ao longo do tempo, foi e ainda é um reflexo da literatura colonizadora:

As nossas literaturas latino-americanas, como também as da Américas do Norte, são basicamente galhos das metropolitanas. E se afastarmos os melindres do orgulho nacional, veremos que, apesar da autonomia que foram adquirindo em relação a estas, ainda são partes reflexas (CANDIDO, 1989, p.140-141).

Em contínua reflexão sobre a contribuição da cultura europeia, sobretudo a influência portuguesa na formação da literatura brasileira, este trabalho baseia-se também nos conceitos literários e históricos de Luciana Stegagno Picchio (1997) que dialogam com as fundamentações de Antonio Candido, uma vez que também ressaltam a importância dos aspectos culturais dos colonizadores para a consolidação de uma literatura brasileira. Picchio, em **História da Literatura Brasileira** (1997), expõe alguns critérios que poderiam ser abordados para se considerar uma obra pertencente ou não à literatura brasileira. A autora explora a concepção de língua matriz que se sobrepõe à língua indígena e também a temática das obras produzidas no fim do século XV e início do século XVI, a saber:

Mas o que caracteriza uma literatura, considerada como um *unicum*, uma estrutura da qual se queiram reconhecer e descrever as linhas de força dominantes são especialmente os temas: temas e imagens que saem da história, da paisagem geográfica e humana, da convenção folclórica nacional. No plano da expressão, a literatura brasileira é uma literatura de expressão portuguesa. Isto é, como todas as literaturas do Novo Mundo, não se vale de um instrumento linguístico autônomo próprio, mas utiliza a língua trazida para o país pelos colonos europeus e que aqui não só se sobrepôs às línguas indígenas como língua de cultura, mas se afirmou como único meio de comunicação entre aloglotas (PICCHIO, 1997, p. 32 – 38 grifo do autor).

A historiadora trata ainda de pontuar o objeto de estudo deste trabalho, **A Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil**, como um exemplo do que seria não apenas um documento, mas também um precursor da nossa literatura. Para a autora, a temática da carta e os fatores

linguísticos tornam-na o primeiro texto de um território que seria conquistado e catequizado. Luciana Picchio reafirma que os textos dos viajantes portugueses, para a historiografia literária, seriam mais interessantes dos que os textos dos viajantes de outras nacionalidades, uma vez que estão elaborados em língua portuguesa e esta futuramente se tornaria o idioma do país. Sobre os textos de viagem, a autora afirma: “Nesse sentido, seu depoimento não será apenas um documento, mas ele funcionará como elaborador e fixador de *topoi* estilísticos destinados a alimentar as futuras letras brasileiras” (PICCHIO, 1997, p. 75).

Outra abordagem que nos interessa neste estudo, uma vez que ele se concentra em analisar uma obra que transita entre a literatura portuguesa e brasileira, é corroborar que a literatura do Brasil não se faz de autores que têm sua nacionalidade comprovadamente brasileira. Se assim o fosse, a literatura nacional em vários momentos deveria desconsiderar autores que não nasceram no Brasil, mas que por aqui passaram, viveram e produziram textos de valor literário, o que ocasionaria a exclusão de autores como Tomás Antônio Gonzaga ¹ e Clarice Lispector ², por exemplo, representantes da nossa literatura árcade e pós-moderna respectivamente.

Sobre essa concepção que busca não limitar a literatura nacional aos autores genuinamente brasileiros, Luciana Picchio declara que esta discussão não teria valor algum, uma vez que, para a historiadora, o que deve ser levado em consideração para se entender uma obra pertencente à literatura brasileira é o reconhecimento da contribuição desta obra à realidade literária de determinada nação, a saber:

A história da literatura que aqui se apresenta definiu antes de mais nada como ‘literatura brasileira’, objeto de seu estudo, todo o complexo dos textos literários compostos em língua portuguesa do século XVI aos nossos dias, no Brasil, por escritores nascidos ou amadurecidos dentro de coordenadas culturais brasileiras. O conceito de ‘espaço cultural’ foi posto em causa toda vez que se tratou, por exemplo, de decidir se escritores nascidos no Brasil, mas vivendo em Portugal, ou escritores nascidos em Portugal, mas amadurecidos no Brasil, deveriam ser adscritos a uma e não a outra das

¹ Tomás Antônio Gonzaga nasceu no Porto, em 1744. Órfão de mãe no primeiro ano de vida, mudou-se com o pai, magistrado brasileiro, para Pernambuco em 1751 e depois para a Bahia. Considerado o mais proeminente dos poetas árcades na Literatura Brasileira; Disponível em: <http://educacao.globo.com/literatura/assunto/autores/tomas-antonio-gonzaga.html>. Acesso em: abril de 2016.

² Clarice Lispector foi uma escritora e jornalista nascida na Ucrânia e naturalizada brasileira — e declarava, quanto à sua *brasildade*, ser pernambucana —, autora de romances, contos e ensaios sendo considerada uma das escritoras brasileiras mais importantes do século XX. Disponível em: <http://educacao.globo.com/literatura/assunto/autores/clarice-lispector.html>. Acesso em: abril de 2016.

duas literaturas nacionais. Reconhece-se, contudo, que soluções desse tipo frequentemente redundam em pura perda de tempo: porque o problema, que requer soluções no plano operacional, de organização tratadística, não tem razão de ser no plano da superior realidade literária (PICCHIO, 1997. p.20).

Outro aspecto relevante que se aplica a compreender a formação da literatura brasileira é divisão dos textos literários em estilos de época. A Literatura brasileira é dividida em momentos ou períodos literários que compreendem a fase antes de sua independência política e pós-independência política. E justamente por este aspecto, muitos estudiosos literários consideram que a literatura brasileira assumiu identidade própria somente a partir do século XIX pós-independência e, assim, aceitam que a literatura brasileira se estruture a partir do Romantismo, entretanto não há como negar que o que foi produzido antes desse período configura o embrião de historiografia literária do país.

Um dos responsáveis por determinar o estudo de literatura brasileira e sua periodização foi o crítico e professor Afrânio Coutinho, o qual contribuiu com os conceitos para se estudar literatura delimitando textos por características comuns. Afrânio Coutinho introduziu no Brasil os conceitos da teoria literária da Nova Crítica³, que consiste em estudar o texto por si só, considerando as características internas da obra.

Muito além das análises textuais predominantemente estéticas, a Nova Crítica também foi um movimento responsável por orientar a elaboração do que chamamos, no meio acadêmico, de períodos literários. Essa periodização dos textos literários foi possível devido à normatização de conceitos vinculados a um estilo base. Os estilos não mais seriam definidos por uma linha cronológica de produção, mas, sim, por características comuns aos textos. Essa nova forma de se estudar os estilos de época possibilitou certa liberdade ao texto literário que poderia transitar entre períodos diversificados (AZEVEDO FILHO, 1973)

Afrânio Coutinho explica que as divisões propostas para periodização, tanto na literatura brasileira quanto na portuguesa, levam em consideração momentos da história geral - como Idade Média - ou da história da arte - como o Renascimento - e ainda marcos meramente numéricos, como séculos - por exemplo, Quinhentismo - e termos de conteúdo literário - Romantismo, Classicismo, dentre outros. Na literatura

³ Nova Crítica é um movimento ligado ao formalismo norte-americano do New Criticism. Trata-se de uma análise estético-literária que floresceu entre os anos 1940 e 1960.

brasileira, as divisões ainda se referem a critérios políticos e históricos, sendo distribuídos em: Era Colonial e Era Nacional (COUTINHO,1978).

Nosso objeto de estudo, a Carta de Pero Vaz de Caminha, se insere na discussão sobre pertencer à literatura brasileira e ainda sobre percorrer essa transitoriedade de periodização, já que se trata de uma obra produzida no final do século XV influenciado pelo Humanismo português e sob o ponto de partida para formação de uma nova nação, mesmo que em um primeiro momento este não fosse o intuito inicial dos portugueses que aqui chegaram.

Para tentar elucidar esta questão vale ainda refletir sobre outro apontamento do professor Afrânio Coutinho em sua obra **A Literatura no Brasil** (1968). Nesse estudo, o teórico expõe uma preocupação da historiografia literária. Para Coutinho, a tese defendida por alguns críticos de que a literatura brasileira só se consolida após o século XIX não consideraria que aqui habitava um povo que muito se diferenciava do colonizador português. Essas diferenças se caracterizavam em hábitos, linguagem, convívio em sociedade e ainda aspectos geográficos tão distintos da realidade portuguesa. Ao ter contato com o novo homem e com a nova terra no século XVI, o colonizador se transforma e também transforma o novo ambiente. E isso por si só, já configura uma criação cultural:

A literatura, como a dança, como o canto, como a música, não podem deixar de ter sido diferentes também desde o início, quando o habitante que os expressava era um homem novo desde o início, logo que aqui botou o pé, e criou nova atitude, novos hábitos culinários, novo sistema de convivência com os outros homens, a fauna, a flora e teve que lidar com novos tipos de animais e comer novas frutas.[...]. Se outros eram o homem e a sociedade, diversos deveriam ter sido e foram a literatura e demais artes (COUTINHO,1968, LIX).

Tem-se, por certo, que a partir destes pressupostos teóricos, este estudo abordou a Carta de Pero Vaz de Caminha como uma obra que se insere no âmbito da literatura, não somente, portuguesa, mas também brasileira. E sobre a contextualização histórica, não se entende a Carta pertencente a um estilo de época, pois os documentos produzidos motivados pela expansão marítima do século XV são concebidos como Literatura de Viagem ou ainda, como explora o teórico Alfredo Bosi (1976), o referido documento deve ser classificado como literatura de informação. Para Bosi, esses textos também pertenceriam à categoria de crônica histórica. O teórico parece dialogar com os fundamentos de Luciana Stegagno

Picchio (1997), pois ambos entendem que esse material produzido pelos viajantes nos interessa como reflexo da visão de mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros observadores do país (BOSI, 1976)

Já para o pesquisador e professor Luiz Roncari (1995), a Carta de Pero Vaz de Caminha constitui um texto fundamental na formação da literatura brasileira. O texto fora composto para suprir a curiosidade dos portugueses em relação ao imaginário europeu da época, mas acabou por se tornar o texto que apresenta o Brasil como objeto de uma narração, manifestando as impressões sobre as terras e os habitantes aqui encontrados. Segundo o autor, diante da Carta de Caminha, o fantasioso deixava de ser primordial e o real que surgia das observações diretas do escrivão português passava a ser predominante. Essas mesmas observações contidas na Carta seriam, posteriormente, fonte de inspiração para escritores brasileiros e ajudariam a definir o texto de Caminha como pertencente à literatura brasileira:

Se destacarmos essa carta dentre tantas outras, por termos sido seu objeto e assunto; se, apesar de seu 'olhar' europeu, encontramos alguma correspondência entre o que ela fala e o que sentimos; se a literatura posterior que se desenvolveu no país retomou com grande frequência os mesmos temas que foram seus [...]; e se nós próprios voltamos sempre a ela cada vez que nos perguntamos sobre quem somos e como somos [...] relemos essa Carta e reconhecemos que, de algum modo, ela nos fala a esse respeito, então acabamos por integrá-la também à nossa própria tradição literária, no caso à literatura brasileira (RONCARI, 1995, p. 28).

Em comunhão com os argumentos de Roncari (1995) sobre a influência do texto de Caminha, o teórico Alfredo Bosi (1976) vai mais longe ao se referir à contribuição dos relatos de viagem. As crônicas não serviriam apenas como um testemunho das impressões da nova terra. Os textos seriam importantes fontes para sugestões temáticas e formais que autores como José de Alencar, no Romantismo brasileiro, e Oswald de Andrade e Mário de Andrade, no Modernismo, valer-se-iam para reagir a determinados processos da influência europeia na literatura nacional (BOSI, 1976).

Porém, mesmo que denominada por alguns como literatura de viagem e por outros como literatura de informação, o fato é que a literatura brasileira começou a ser desenhada nesse âmbito. É ainda nesse momento que se atribui o nome Quinhentismo a toda manifestação literária ocorrida no Brasil ou sobre o Brasil durante o século XVI. Essa vertente literária é composta por importantes textos, como a própria Carta de Pero Vaz de Caminha e outros relatos de viagens, como do

alemão Hans Staden⁴ e do francês Jean de Léry⁵. Entretanto, não somente de narrativas de viagem esse momento se vale, há também registros de documentos e tratados, como os textos de Pero de Magalhães Gandavo⁶ e de Gabriel Soares de Sousa⁷ (ABAURRE, 2000).

Em diversos estudos é comum encontrarmos justificativas para esta denominação – literatura de viagem ou de informação –, baseando-se na ideia de que os textos eram apenas relatos de viajantes com a única e exclusiva intenção de informar ao rei sobre as novas terras, sendo considerados por muitos como obras meramente documentais e descritivas. Estudos superficiais levariam a essa conclusão, entretanto um olhar mais atento e cuidadoso sob estes textos evidencia que há um vasto valor literário nessas obras.

Permeando ainda o que se refere ao estudo de uma obra literária, sabe-se que a literatura baseia-se em análises que consideram seu conteúdo e sua forma. Para um estudo mais apurado do texto, considera-se a análise da obra entre um conjunto de gêneros, os chamados gêneros textuais. É no campo das contribuições feitas pelos estudos de Afrânio Coutinho (1978) que se entende que uma obra pode ter sua análise levando em consideração a questão do gênero literário. Sendo assim, os críticos, seguidores desses preceitos, propõem que os textos sejam distribuídos em gêneros. Faz-se necessário ressaltar que esta divisão clássica ou tradicional surgiu na Grécia Antiga com Aristóteles quando a poesia ainda era a forma mais comum de ser produzir literatura (NICOLA, 1999).

A distribuição tradicional dos textos dividia os gêneros levando em consideração a *mimesis*, ou seja, a forma de imitação da vida. Apesar da evolução dos estudos de teorias literárias, os gêneros ainda muito se assemelham com a ideia da Grécia Antiga e são assim concebidos: Gênero narrativo, abrangendo a epopeia

⁴ Hans Staden foi um aventureiro alemão do século XVI. Por duas vezes, esteve no Brasil, onde participou de combates nas capitanias de Pernambuco e de São Vicente. De volta à Alemanha, Staden escreveu “Duas Viagens ao Brasil” (Marburgo, 1557): um relato de suas viagens ao país que se tornou um grande sucesso editorial da época. Disponível em: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/hans_staden.htm. Acesso em: abril de 2016.

⁵ Jean de Léry foi um pastor, missionário e escritor francês. Escreveu “Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil” (História de uma viagem feita na terra do Brasil Viagem a Terra do Brasil) em 1578. Disponível em: <http://www.livreironomade.com.br/2011/01/jean-de-lery-viagem-terra-do-brasil.html>. Acesso em: abril de 2016.

⁶ Pero Magalhães Gandavo foi um historiador e cronista português. Escreveu “Tratado da terra do Brasil” em 1576. Disponível em: <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-gandavo.html>. Acesso em: abril de 2016.

⁷ Gabriel Soares de Sousa foi um historiador português. Escreveu “Tratado Descritivo do Brasil” em 1587. Disponível em: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/tratado_descritivo.htm. Acesso em: abril de 2016.

e ficção; Gênero lírico, composto pela poesia; Gênero dramático, considerando as encenações como as peças teatrais e os autos e, por fim, um conceito mais moderno que explora a literatura ensaística, ao abranger o ensaio formal e informal.

Cabe ressaltar que há diferentes abordagens para se estudar as características estruturais e as convenções de diversos gêneros utilizados pelos autores em suas produções. Coutinho (1968) aponta que há duas maneiras para fazer uma análise literária. Um critério aborda o fenômeno literário considerando as causalidades histórico-sociológicas, que priorizam as circunstâncias externas ou históricas de produção. Esse método confirmaria uma dependência da literatura em relação ao seu ambiente e ao seu autor. Já o outro prioriza a independência do ambiente e do autor e procura observar a obra como um todo, com personalidade e como um material autônomo.

Observa-se, no entanto, que a noção de gênero seguiu sofrendo modificações ao longo do tempo. Sobre as transformações que os gêneros textuais sofreram, o crítico Massaud Moisés, em seu livro **A criação literária** (1982), faz a seguinte consideração:

[...] na segunda metade do século XVIII, na Alemanha e na Inglaterra, a situação muda completamente de figura: caem por terra os gêneros, a distinção clássica dos gêneros é substituída por uma noção de gêneros impuros mistos ou comunicantes [...]. O gênero deixa de ser entendido como absoluto ou fixo, pois a moderna teoria dos gêneros é manifestadamente descritiva. Não limita o número de possíveis gêneros nem dita regras aos autores. Supõe que os gêneros tradicionais podem mesclar-se e produzir um novo gênero (MOISÉS, 1982, p. 46).

Com a evolução dos estudos sobre as teorias literárias, hoje não se determinam os gêneros com tamanha rigidez. Ainda preconizam a ideia da divisão aristotélica dos gêneros lírico, épico e dramático, mas sabe-se também que definir uma obra como um gênero fixo pode ser uma atitude arriscada. É preciso combater na análise literária o que Massaud Moisés chama de “Rotulagem estacionária” (MOISÉS, 1982, p. 11), termo que o teórico utiliza para explicar que não seria possível diferenciar um romance de um conto apenas pelo número de páginas que a obra apresenta. Sendo assim, o estudo de um gênero deve se ater a uma análise mais cuidadosa que busque uma compreensão e um julgamento de suas formas internas, como declara Massaud:

Alguns críticos, pertencentes à vária corrente ideológica, têm encarado muito deformadamente o problema das formas literárias em prosa.

Orientados por conceitos duvidosos ou adotando afoita e estreitamente esquemas mecânicos, científicos ou pseudocientíficos, ou por má consciência, apressam-se em subestimar, ainda que involuntariamente, a complexidade do problema. E acabam por aceitar e utilizar um tipo de conceituação e de análise meramente epidérmico, baseado na “forma externa”, esquecidos da “forma interna” e de que existe, para além desta, um núcleo de significados que cumpre examinar, compreender e julgar (MOISÉS, 1982, p. 11).

Não é apenas no meio literário que a discussão sobre gêneros se faz presente, até mesmo no estudo da linguística, teóricos se concentraram em estudar os gêneros textuais. Foi o caso do pensador russo Mikhail Bakhtin que, no século XX, começou a entender gênero com uma concepção mais ampla e passou a considerar a noção de gênero abrangendo diversas situações de comunicação do dia a dia. Para Bakhtin, não seriam gêneros literários ou apenas gêneros textuais, seriam então gêneros do discurso. Segundo o teórico, todos os textos que são produzidos, orais ou escritos, contêm um conjunto de características relativamente estáveis, mesmo que o enunciador não tenha consciência disso (BAKHTIN, 1997 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 2013).

Dessa forma, a linguística consideraria que, em qualquer ambiente de interação, a escolha do gênero não seria espontânea e plenamente consciente, pois deveria levar em conta aspectos impostos pela própria situação de enunciação. Sendo assim, seriam pensadas questões como: quem fala, sobre o que fala, com quem fala e qual seria a finalidade dessa fala. Outro estudo linguístico sobre o gênero elenca a ideia de Bernard Schneuwly, um pesquisador da Universidade de Genebra, que defende que o gênero é uma ferramenta e, portanto, é usado como instrumento que permite exercer uma prática linguística sobre a realidade. Schneuwly compreende que se utiliza dos gêneros textuais que são transmitidos para a humanidade socio-historicamente, mas o pesquisador também afirma que é perfeitamente possível modificar ou criar um gênero de acordo com a necessidade que surge da interação verbal (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004 *apud* CEREJA; MAGALHÃES, 2013).

A discussão acerca dos gêneros textuais é extensa e não chega efetivamente a um consenso entre os teóricos, porém o que se sabe ao certo é que em uma única obra é possível perceber que um gênero participa do outro, conforme define Aline Cristina de Oliveira (2010) em seu estudo **Crônica**: um gênero menor? Indagações acerca do texto litero-jornalístico. Segundo a autora, “todo texto, na verdade,

participa de um ou mais gêneros, sempre existe gênero nos gêneros, mas participar não significa pertencer” (OLIVEIRA, 2010, p. 206). A pesquisadora dialoga com as ideias de René Welleck e Austin Warren que assim defendem uma teoria sobre o assunto:

É preciso, pensarmos, conceber o gênero como um agrupamento de obras literárias baseado, a um só tempo, em teoria, sobre uma forma exterior (metro ou estrutura específica) e sobre uma forma interior (atitude, tom, objetivo e – mais concretamente – sobre assunto e público) (WELLECK; WARREN, 2003 *apud* OLIVEIRA, 2010, p.204).

O texto de análise deste estudo gera esta agradável ambiguidade que o faz transitar não só pelas literaturas portuguesa e brasileira, mas também entre os gêneros textuais carta e crônica. A Carta de Pero Vaz de Caminha já se confunde pelo próprio nome. Intitula-se **Carta**, mas na historiografia literária julga-se uma **Crônica**. Para melhor analisá-la, tomou-se como ponto de partida a ideia de que não existe uma única forma de se estudar um texto literário e assim, ficou compreendido que os gêneros literários acabam, de algum modo, se entrelaçando; portanto, é diante desse argumento de Mário de Andrade (SANTOS, 1998, p. 23) que a Carta de Pero Vaz de Caminha, nosso objeto de estudo, será assim analisada, levando em conta, por escolha, sua estrutura e as convenções estabelecidas pelos gêneros carta e crônica.

2.1 A CARTA: ESCRITAS

O texto do escrivão português apresenta aspectos que permitem reflexões quanto à sua concepção como gênero textual epistolar e como crônica. “Todos os gêneros sempre e fatalmente se entrosam, não há limites entre eles. O que vale é a validade do assunto na sua forma própria” (ANDRADE, 1981 p. 23). E por isso, faz-se necessário a busca por uma melhor compreensão das características desses gêneros que, em sua grande maioria, dispõem de uma estrutura semelhante: a prosa narrativa. Para o teórico Massaud Moises (1982), o texto em prosa percorre um caminho para análise mais complexo que o texto versificado:

Muito mais complexo que o problema das formas poéticas é o das formas em prosa. Primeiro, porque não se trata apenas de descrevê-las, [...], mas de diferenciá-las. Outra determinante que perturba a clareza desejável desse terreno: cada país, ou casa área de cultura, ou cada época histórico-

literária, ou cada tendência crítica, possui ideias próprias acerca das formas em prosa (MOISÉS, 1982, p. 9-10).

De todos os gêneros em prosa, a carta é o mais difícil de ser enquadrado, pois sua feição verbal é múltipla e participa da natureza de outros gêneros periféricos (SANTOS, 1998). Diante disso, faz-se certo que um texto não pode e nem deve ser rotulado, mas sim estudado e apreciado em sua contribuição para com a literatura. É o que sugere o estudo de Matildes Demétrio dos Santos, em sua obra **Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas** (1998).

Em relação ao valor literário de uma carta ou até mesmo de uma crônica, o texto pode romper com sua estrutura comunicativa padronizada e ganhar outra dimensão e, sendo assim, pode adquirir um valor literário à revelia de seu próprio autor (SANTOS, 1998). Na Literatura Brasileira, as correspondências são um reflexo de fatores histórico-culturais a começar pelas missivas produzidas pelos viajantes e depois pelos jesuítas a partir do século XVI. Em uma breve historiografia do gênero epistolar na literatura brasileira, embora pouco estudado em âmbito acadêmico, percebe-se que não foram raros os casos em que os autores recorreram à epistolografia.

Da Carta de Pero Vaz de Caminha às Cartas Chilenas existe um cuidado e uma preocupação em se falar sobre a terra e sobre a gente que aqui vivia, cada texto a seu modo e com objetivos distintos. Nos séculos XVI e XVII, há a intenção de orientar a colonização portuguesa e a catequese do gentio, traço este evidente no texto do escrivão que apresenta a terra, a fauna, a flora, os nativos e sugere ao rei de Portugal a introdução da fé cristã aos habitantes da nova-terra. Já no século XVIII, por exemplo, as Cartas Chilenas de Tomás Antônio Gonzaga conduzem uma crítica-satírica às decisões arbitrárias do governador de Minas Gerais em 1789, o português Luís da Cunha Meneses (SANTOS, 1998).

No século XIX, com as mudanças nos panoramas político e literário brasileiro, as correspondências sofreram alterações. No Romantismo, autores como Gonçalves Dias e Álvares de Azevedo também contribuíram com a autoria de cartas. O destaque do período seria para José de Alencar que fez das cartas armas, de combate no campo da literatura e da política (SANTOS, 1998). No período realista,

Machado de Assis e Rui Barbosa também fazem uso da epistolografia que, a essa altura do século XIX, já se torna um texto amplamente lido e produzido.

No Pré-Modernismo, as correspondências de Monteiro Lobato e Godofredo Rangel tornam-se fontes importantes do ideal filosófico, literário e político dos dois escritores. No Modernismo brasileiro, as cartas se configuram importantes obras de reflexão-crítica que tentam resgatar as angústias da produção literária, sobretudo nos meandros de 1930. Essas missivas são trocadas entre escritores como Mário de Andrade e Manuel Bandeira. Esses textos contribuíram para um aperfeiçoamento dos estudos do movimento literário modernista (SANTOS, 1998).

A importância do gênero epistolar para a literatura não é questionada, mas, certamente, as dúvidas para se distinguir o que seria uma carta, ainda circulam nos estudos literários e acadêmicos. Portanto, para reconhecer um texto como uma carta, algumas características estruturais são por certo, essenciais. A formatação que atualmente se identifica em uma correspondência ficou predominantemente conhecida com epístolas bíblicas, as quais continham uma introdução e uma saudação. Ainda assim, no século XVI, com a expansão marítima, as cartas e as crônicas se multiplicaram e se confundiram. É comum a correspondência apresentar um locutor em primeira pessoa do discurso. Este tem a tarefa de escolher um signatário de sua confiança, com quem se estabelece um grau de intimidade. A carta, respeitando o modelo bíblico, também apresenta uma saudação e uma assinatura. De um modo geral, o texto epistolar tem a intenção de romper com a distância.

Outra característica importante da epistolografia é a limitação do espaço e do tempo. Cartas devem situar o local e o momento de produção. Para Matildes Demétrio dos Santos, esta marcação da temporalidade não pode ser entendida do mesmo modo como autores fazem em um diário, pois não se trata de estipular a data em todos os dias em que se escreve (SANTOS, 1998). Diante dessas observações, verificam-se algumas marcas que distanciam a Carta de Pero Vaz de Caminha do gênero epistolar, uma vez que o texto apresenta uma sequência narrativa que data os nove dias em que os portugueses estiveram na nova-terra, assemelhando-se a um diário, ademais o relato não prioriza a primeira pessoa do discurso.

Outro aspecto relevante para a análise do texto seria o conteúdo expresso em uma carta. O texto pode ter a aparente semelhança com a epístola por sua

composição formal, mas isso só não basta para defini-lo como uma carta. Uma correspondência tem como intenção “falar alto com” (SANTOS, 1998, p.24), entretanto a carta pode extrapolar o limite desta conversa entre remetente e destinatário e atingir, assim, outro objetivo, mesmo sem intencionalidade. A professora exemplifica as cartas de Camões em sua viagem às Índias, aquelas seriam epístolas camonianas impregnadas de desilusão e amargura. A teórica entende que o escritor age como um cronista galante e afirma que a carta pode abandonar esse diálogo quando “revela um ‘apetite’ para tudo observar com sabedoria e conhecimento” (SANTOS, 1998, p.32). É, mais uma vez, um caso semelhante ao texto de Pero Vaz de Caminha, o qual começa sem a pretensão de ser um documento ou de ter um valor literário, mas ganha essa importância alguns séculos depois de sua produção. Ainda sobre esta transitoriedade do gênero epistolar, a autora pondera:

Na verdade, as cartas extrapolam limites quando passam de simples fonte de consulta biográfica a objeto literário autônomo. Há correspondências que, pela ampliação dos fatos retratados e pela aplicação com que certos temas são desenvolvidos, adquirem um valor de documento ou ensaio (SANTOS, 1998, p.32).

Há teorias que se preocupam ainda em dividir as cartas levando em consideração o grau de intimidade revelado no texto, a objetividade expressa e a possível subjetividade também presente nas cartas. O gênero é definido por Afrânio Coutinho em sua obra **Antologia brasileira de literatura: epopeia, teatro, ensaio, crônica, oratória, cartas, memórias, diários, máximas, crítica** (1967) como:

Carta ou epístola (epistolar, epistológrafo, epistolografia, gênero epistolar) é uma composição em prosa (pode ser em verso) dirigida a pessoa ausente, mantendo uma conversa à distância relatando fatos do interesse de ambos. [...] As cartas comuns podem ser de negócios, de conveniência, íntimas. Seu estilo obedece ao objetivo, as primeiras em tom convencional, preciso, claro; as segundas, sinceras fugindo da banalidade; as últimas pessoais e íntimas, espontâneas e sem afetação (COUTINHO, 1967, p. 99).

Coutinho ainda procura diferenciar a carta que apresenta valor literário das outras cartas comuns. O teórico expõe duas visões sobre os textos epistolares que circulam no estudo da ciência literária:

A carta literária pode ser de dois tipos. Aquela dirigida a personagens imaginários, tratando de assuntos de interesse geral [...]. Exs.: as Cartas

Persas de Montesquieu, as cartas Chilenas, na literatura brasileira.[...]. Outro tipo é o das cartas cujo conteúdo encerra uma comunicação ou informação de interesse geral - científico, histórico, político, haja visto a carta de Pero Vaz de Caminha a El Rei D. Manuel sobre o descobrimento do Brasil (COUTINHO, 1967. p. 100).

Em comunhão aos conceitos de Afrânio Coutinho sobre a possível subdivisão das cartas, Matildes Demétrio dos Santos trata de diferenciar cartas como familiar, amorosa, exemplares e relatórios. Para autora, a Carta de Pero Vaz de Caminha pode ser explorada sob aspectos históricos, sociais e culturais, assim como os demais textos produzidos no que ela denomina de período Brasil-colônia: “as cartas-relatórios do Brasil-colônia têm muito de realismo, praticidade e determinismo religioso” (SANTOS, 1998, p.80). São, portanto, os textos que serviriam como relatório sobre as terras, seus habitantes, seus costumes e crenças religiosas:

Observadores como Pero Vaz de Caminha, cabos de guerra, missionários, enfim todos os obreiros da aventura ultramarina deram à carta um valor de documento datado de onde emergem – conscientemente escamoteados ou não – dados históricos, acidentais ou de rotina da vida de um Brasil de outros tempos (SANTOS, 1998, p.77).

Diante dessa premissa, o texto de Caminha não foge ao conceito da autora ao ser nomeado uma carta-relatório, uma vez que se configura como uma forma de relatório enviado ao Rei D. Manuel e que traz em muitos fragmentos um intuito religioso ao indicar ao monarca que os habitantes que aqui viviam seriam catequizados facilmente, como no fragmento: “parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos” (CAMINHA, 1999, p. 12). Mas, continua conflituosa a ideia de que essa seria a única intenção dos textos produzidos neste momento de descobertas, por se tratar ainda da visão de um novo mundo repleto de possibilidades ainda desconhecidas para os que aqui chegaram e para os que em Portugal aguardavam alguma informação das viagens marítimas.

Dessa forma, ainda é possível perceber outra importante característica das cartas deste período de soberania portuguesa. É o que apresenta Ronald Raminelli em seu artigo **Serviços e mercês de vassallos da América Portuguesa** (2006). Tratava-se da intenção de recompensa pelo serviço prestado, ou seja, os escrivães e vassallos visavam à descrição das plantas, dos animais, da fertilidade do solo e

propunham sugestões para solução de problemas e assim, objetivavam alcançar mercês dos reis (RAMINELLI, 2006).

Esta prática comum era também uma motivação para o crescimento de uma posição favorável em sociedade. Como explica Raminelli : “Os pedidos de mercê dinamizavam e revitalizavam o pacto entre vassalos e a monarquia, pois os primeiros reconheciam o centro como forma de consolidação de sua ascensão social.” (RAMINELLI, 2006, p. 131).

Segundo Raminelli, Caminha não deixa de ser um exemplo deste que desejava alcançar mercês. O escrivão português havia deixado esposa e filha em Portugal e as duas mulheres teriam que sobreviver sem seus cônjuges, já que seu genro fora condenado a ser degredado em São Tomé (RAMINELLI, 2006). Vendo nesta possibilidade de prestar contas ao Rei, Caminha executou bem o serviço de observador e escrevente e fez também seu pedido de mercê. Assim explica Raminelli:

Esmerando-se nos detalhes, descreveu a experiência, “aquilo que via”, a travessia, as praias e os povos. Em forma de diário, tinha a responsabilidade de traduzir ao soberano os acontecimentos, desde os primeiros “sinais da terra” [...] Executado o esmerado serviço, Caminha solicitou ao rei mais uma mercê que pretendia atenuar os dilemas da filha. Na carta do descobrimento, o escrivão solicitava ao soberano perdão e retorno do genro. Afinal, ele, senhor idoso, abandonara a família para aventurar-se na Índia, deixando netos e mulheres desamparadas (RAMINELLI, 2006, p. 112- 113).

Ao retornar a discussão sobre as características do gênero carta, Regina Kohlrausch afirma, em seu artigo **Gênero epistolar: a carta na literatura, a literatura na carta, rede de sociabilidade, escrita de si** (2015), que a carta “faz o escritor ‘presente’ àquele a quem a dirige” (KOHLRAUSCH,2015, p. 148), e cita também conceitos do gênero carta estabelecidos por Foucault, os quais definem “simultaneamente um olhar que se volta para o destinatário e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz” (FOUCAULT, 2006, p. 152 apud KOHLRAUSCH,2015, p. 148).

Desse modo, faz-se perceber que, em uma epístola, o cerne de sua produção pode não estar necessariamente no conteúdo do texto, mas, sim, no destinatário. É a ele que importa o que a carta apresenta. É o destinatário o responsável por tomar conhecimento do texto e decidir qual o destino desse material. Soma-se a esse fundamento a explanação anterior de Afrânio Coutinho (1967) que compreende que

a carta foge da banalidade e apresenta-se sem afetação. Estes ideais, tais como: foco no destinatário, fuga à trivialidade e texto elaborado de forma artificial, destoam do texto de Pero Vaz de Caminha.

Outro aspecto que se nota divergente é entender que a carta literária, no caso o objeto deste estudo, A Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel, é um texto que se limita ao interesse de ambos e restringe sua intencionalidade científica, histórica ou política. O texto do escrivão não se prende ao registro das informações. Sugere, sim, um relato rico das experiências vividas na nova-terra. Na obra **Antologia brasileira de literatura: epopeia, teatro, ensaio, crônica, oratória, cartas, memórias, diários, máximas, crítica** (1967), Afrânio Coutinho, ao tentar definir o que é o gênero crônica, já auxilia a distinguir a tendência a qual a Carta de Pero Vaz de Caminha se configura. Sobre crônica, o teórico expõe:

Relato dos acontecimentos em ordem cronológica. Foi o feito que assumiu a historiografia na Idade média e Renascimento, em toda a Europa, a princípio em latim e depois em demais línguas vulgares, inclusive o português, que por sinal gerou obras primas. A crônica era um gênero histórico. [...] A crônica é na essência uma forma de arte, arte da palavra, a que se liga uma forte dose de lirismo. É um gênero altamente pessoal, uma reação individual, íntima, ante ao espetáculo da vida, as coisas, os seres. O cronista é um solitário com ânsia de comunicar-se (COUTINHO, 1967, p. 95- 97).

É perante a essas definições que começa a ser traçada a aproximação da Carta de Pero Vaz de Caminha com o gênero crônica. Além disso, é ainda pertinente confirmar que os gêneros carta e crônica permanecem se entrelaçando na obra do escrivão. O relato inicial endossa tal proposição, pois se inicia como típico texto epistolar com destinatário explícito - direcionado ao Rei D. Manuel, com intuito de serviço ao monarca. Pero Vaz de Caminha tenta, sem sucesso, abandonar as impressões pessoais. Mas, seu texto aproxima-se das definições de Afrânio Coutinho acerca do gênero crônica quando, sob um olhar atento, percebe-se que o escrivão se envolve com sua produção, reage diante do novo exótico que lhe salta os olhos, como explicita o trecho:

Andava lá um que falava muito aos outros, que se afastassem. Mas não já que a mim me parecesse que lhe tinham respeito ou medo. Este que os assim andava afastando trazia seu arco e setas. Estava tinto de tintura vermelha pelos peitos e costas e pelos quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria cor. E a

tintura era tão vermelha que a água lha não comia nem desfazia (CAMINHA, 1999, p.4).

Em contrapartida, faz-se necessário perceber que o escrivão não se mantém fiel à estrutura do gênero epistolar. Em diversos fragmentos da Carta, Caminha abandona o destinatário. O texto segue com as suas observações e suas experiências junto à esquadra lusitana em nova-terra e acaba por deixar em segundo plano a mensagem ao rei de Portugal. Caminha volta a dialogar diretamente com o Rei quando se refere à catequização dos nativos e quando termina o texto, antes da saudação, ao pedir um favor ao monarca: “Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro” (CAMINHA, 1999, p.9).

Apesar de retomar o discurso com o rei ao fim da obra, o gênero carta já foi comprometido no texto do escrivão, pois, como explana Foucault (2006), as cartas sugerem que o remetente ofereça o seu olhar ao destinatário; dessa forma, quem escreve uma carta tende a “mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro” (FOUCAULT, 2006, p. 150). O escrivão consegue transmitir o seu olhar sobre os fatos, entretanto se esquece de se fazer presente ao olhar do outro, o então destinatário, rei D. Manuel, uma vez que Caminha se volta para suas impressões e abandona a intenção de apenas prestar contas sobre a viagem ao monarca.

2.2 A CRÔNICA: IMPRESSÕES

A crônica, assim como a carta, é um texto em prosa de difícil caracterização. Apesar do desafio de estudá-la, faz-se necessária uma investigação do gênero para melhor compreender sua relação com a literatura de viagem, assim como sua importante contribuição para formação da literatura brasileira. O professor Armando Gens, no prefácio do livro **Duas ou três páginas despreziosas: a crônica, Rubem Braga e outros cronistas** (2011), esclarece alguns roteiros que a crônica percorreu e apresenta o gênero como o texto capaz de gerar “aproximação entre vida e arte, entre texto e condição humana, entre verdades e ficções”. É a crônica a

responsável também por permitir o “confronto entre a escuridão e as dúvidas do presente” (GENS, 2011, p. XV).

Sabe-se que muito se discute nas teorias literárias sobre os aspectos que caracterizam um texto como crônica, mas, dentre as várias leituras sobre o gênero, certa é a conclusão de que se trata de um texto multifacetado. Nesse sentido, além dos conceitos estruturais e formais sobre a crônica, a definição que parece melhor esclarecê-la compreende que se trata de um gênero misto e que pode assumir uma feição esfingética (GENS, 2011, p. XVI). Por sua vez, é este mistério acerca da crônica que produz o combustível necessário para esta pesquisa nos âmbitos literários e historiográficos.

No contexto histórico, a crônica ganhou maior destaque na Segunda Época Medieval ou período também chamado Humanismo. Tal ciclo consistiu em um movimento intelectual que buscou a valorização do homem e este mesmo homem se percebeu confiante e capaz de novas conquistas, portanto, foi nesse momento em que se conceberam as aventuras marítimas e as dúvidas que colocaram à prova o teocentrismo. A filosofia humanista foi a precursora de novas formas de concepção sobre as artes, as ciências e a política. O campo cultural sofreu impactante revolução e o período marcou a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna. A nomeação de Fernão Lopes⁸ para o cargo de cronista-mor da Torre do Tombo, em 1434 até 1527, foi o fato que marcou a introdução da nova estética clássica em Portugal (NICOLA, 1999).

É no Humanismo que a prosa ganha maior desenvolvimento e muito desse crescimento é mérito dos cronistas de viagem, com maior destaque para o já mencionado Fernão Lopes (NICOLA, 1999). Essas crônicas foram as precursoras da historiografia portuguesa e, conseqüentemente, da historiografia brasileira. A crônica de viagem, também nomeada de literatura dos viajantes ou informativa, foi um reflexo das Grandes Navegações que marcaram os séculos XV e XVI. Hoje, sabe-se que esses textos possuem não somente valor histórico, como também imenso valor literário. A crônica, portanto, nasce do texto medieval e se desmembra em outros

⁸ Fernão Lopes foi guarda-mor da Torre do Tombo, tabelião geral do reino e cronista de todo o reino de Portugal, suas crônicas mais conhecidas são Crônicas de D. Pedro, Crônicas de D. Fernando e Crônicas de D. João I. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/32064/fernao-lobes-literatura-portuguesa>> Acesso em: abril de 2016

textos narrativos até assumir a forma que hoje é mais comum, como crônica de imprensa (REIS; LOPES, 2007).

Nos aspectos estruturais, estuda-se a crônica com um texto narrativo e, portanto, em sua composição, a crônica é contemplada como um fiel relato dos fatos que não se separam dos quesitos da temporalidade discursiva. Assim define o gênero, o dicionário de narratologia dos professores Carlos Reis e Ana Cristina Lopes:

Narrativa historiográfica, a crônica medieval é um antepassado da moderna historiografia. Faz prevalecer a dinâmica dos eventos como princípio que rege uma construção narrativa dotada de configuração temporal. Estes relatos podem contemplar uma discreta ou evidente ficcionalização (REIS; LOPES, 2007, p.87).

Percebe-se, dessa forma, em sua composição, a característica mais consistente de uma crônica, a temporalidade, traço que vem a definir inclusive o nome do gênero, que deriva da palavra *chronos*, do grego cujo significado é tempo. Ainda para os estudiosos dos diversos textos da tipologia narrativa, a crônica seria o texto que melhor explora e trabalha as questões temporais. Os professores de Coimbra em seu dicionário assim afirmam: “do ponto de vista da narratologia, o que importa é a tentativa de fixar a temporalidade como propriedade inerente à crônica” (REIS; LOPES, 2007, p.87). E, por isso, o gênero crônica denota uma relação com a temporalidade de forma mais expressiva do que em qualquer outro gênero do tipo narrativo.

Em comunhão com as definições do dicionário de narratologia, o teórico Sérgio Roberto Costa também prioriza definições de contexto estrutural para o gênero crônica em seu dicionário de gêneros textuais. Para ele, a crônica se consolida como um texto curto, com uma trama narrativa pouco definida e se distancia dos outros textos narrativos, como, por exemplo, do conto, por não conter personagens com densa característica psicológica. Interessante é que o teórico considera a esfera de circulação e a produção social para classificar a crônica ainda em subgêneros, como crônica esportiva, policial, política, dentre outras (COSTA, 2014).

Ainda em suas concepções, o dicionário sugere uma importante característica que nos auxilia a contemplar a Carta de Pero Vaz de Caminha como crônica. O tom de conversa, de diálogo, que o gênero crônica comumente apresenta, é marca inerente no texto de Caminha e é também o que nos faz associá-lo ao texto

epistolar, já que em ambos são comuns a presença da interlocução direta com o leitor e fortes marcas de oralidade. Para os pesquisadores Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, isso se justifica na origem do gênero crônica, pois este deriva de outros textos, dentre eles da própria carta, a saber:

A crônica nasceu influenciada por outras estratégias discursivas, como as que regem o folhetim e a epistolografia. Do primeiro teve a regularidade [...] e mesmo um certo pendor ensaístico [...] da segunda conservou, não raro, o tom dialogante e interpelativo da carta escrita a um destinatário que se queira relativamente familiar: significativo, a este propósito, é justamente o tom epistolográfico de muitas crônicas (REIS; LOPES, 2007, p. 88-89).

No âmbito de suas características mais evidentes, há outras considerações que sugerem que a crônica é um texto híbrido, pois, além de sua forte ligação com a epistolografia, esse gênero se aproxima do diário e da reportagem, já que o cronista reage aos fatos do dia a dia. Porém, cabe ressaltar que essa reação também carrega em seu conteúdo uma dose de lirismo que só é capaz de ser percebida por meio das impressões que o cronista consegue transmitir com seu envolvimento diante do real, o que, portanto, traz a subjetividade para o texto. O autor de uma crônica se deixa admirar pelo cotidiano e, assim, reflete em palavras as percepções sobre o plano do eu e do não-eu, como define o crítico Massaud Moisés: “as características da crônica se casam perfeitamente com o lirismo: não dispensando o acontecimento, plano do ‘não-eu’, nem o lirismo, plano do ‘eu’, a crônica pode ser conceituada como a poetização do cotidiano” (MOISÉS, 1982, p. 255).

No estudo da historiografia do gênero crônica, faz-se necessário observar como este se desenvolveu no Brasil. A crônica passou por várias transformações, mas é de consenso entre vários teóricos que a Carta de Caminha é nossa primeira crônica de viagem. Trata-se do texto que carrega um relato fiel das circunstâncias dos dias em que aqui passaram os portugueses. Essa é a afirmação de Jorge de Sá ao expor que a crônica é feita a partir da experiência vivida e que acaba por assim sugerir que o cronista é como um narrador-repórter. O cronista é, portanto, o ser que possui a habilidade de narrar suas experiências com a consciência de que é capaz de tornar o texto mais interessante ao seu receptor (SÁ, 1997). Esses fundamentos sugerem que escrever uma crônica é o ato de registrar o circunstancial.

Jorge de Sá (1997) preocupa-se em analisar a carta de Caminha sob o prisma do gênero crônica e entende, por sua vez, que o escrivão se envolve com o que vê nas novas terras, carrega em sua narração a característica mais evidente de uma crônica: a observação da vida. E, nessa perspectiva, a Carta de Pero Vaz de Caminha é a primeira crônica sobre o Brasil e o primeiro registro de nossa paisagem e de nossa gente:

Daí o cuidado em reafirmar que ele escreve após ter ido a terra 'para andar lá com eles e saber de seu viver e maneiras': a observação direta é o ponto de partida para que o narrador possa registrar os fatos de tal maneira que mesmo os mais efêmeros ganhem uma certa concretude. [...]. Estabelecendo essa estratégia, Caminha estabeleceu também o princípio básico da crônica: registrar o circunstancial. (SÁ,1997, p.6).

Outra observação pertinente aos conceitos do crítico Jorge de Sá (1997) configura-se na concepção de que a crônica é um texto que busca a permanência, o que não pode ser afirmado sobre o gênero Carta, uma vez que este depende do tratamento dado pelo destinatário. A Carta de Caminha nasce com um objetivo de ser uma epístola, mas devido à sua contribuição histórica e às impressões pessoais nelas contidas, o texto se transforma em uma crônica que expressa fielmente as visões do homem do século XVI e as suas reações, os seus sonhos, os seus anseios, as suas especulações diante das descobertas do Novo Mundo. É através do texto de Caminha que se revelam os pensamentos do homem humanista e é também pelo advento da Carta que se conhecem os aspectos que nortearam nossa colonização, como as florestas exuberantes, o estranhamento diante a fauna e da população diversificadas, as riquezas naturais que seriam tão exploradas pela metrópole.

Para Jorge de Sá (1997), a Carta de Pero Vaz de Caminha é uma crônica que explora a observação da vida e que busca retratar fatos que seriam comuns e transitórios, mas que se tornam permanentes e concretos. O texto de Caminha estabelece a concretude dos fatos narrados e evita que seu relato caia no esquecimento. Ainda para o teórico, o texto do escrivão consegue recriar para o leitor a imagem do real através de suas observações, a saber: “lembra aos leitores que a realidade – conforme a conhecemos, ou como é recriada pela arte – é feita de pequenos lances” (SÁ,1997, p.7).

Ainda assim, é importante pensar que o texto, além de ser uma narração, não é uma ficção e que tudo nele registrado passa a configurar a verdade que surgia diante do novo. A crônica assume esta forma de uma narrativa curta, mas que consegue distanciar o narrador do cronista e, mesmo assim, recebe o prestígio de texto literário, conforme afirma Antonio Candido (1992) na obra **A crônica**. O gênero e suas fixações e transformações no Brasil: “a matéria não-ficcional, transforma-se em ficção, se aceite o princípio de que a História – pela interpretação, pelo subjetivismo, pela comunicação, pela ideologia – é também uma ficcionalização do real” (CANDIDO, 1992, p.27).

O escritor português mais uma vez se alinha às regras de uma crônica quando lança mão da experiência pessoal e de elementos expressivos para compor sua suposta Carta. A crônica não se configura pelos seus relatos meramente descritivos da paisagem e dos nativos, mas por sua vivência e expectativa como homem que aceitou o desafio de participar de uma aventura marítima. Sabe-se que o cronista não é aquele que escreve distante do acontecimento, ao afirmar que Pero Vaz de Caminha andou pelas terras e conviveu com as pessoas que por lá viviam, o escritor estava comprometido com suas observações e, dessa forma, a Carta revela todo entusiasmo com as descobertas dessas novas terras e novas gentes. Esse entusiasmo é o responsável por refletir a subjetividade que a crônica exige para ser diferenciada dos demais gêneros narrativos.

De acordo com as teorias de Jorge de Sá (1997), não há dúvidas quando se explora a Carta de Pero Vaz de Caminha. O texto, para o teórico, não é apenas o marcador inicial de nossa literatura, mas também é, certamente, uma crônica. Assim Sá conclui seus estudos sobre a Carta: “a história de nossa literatura se inicia, pois, com a circunstância de um descobrimento: oficialmente, a Literatura Brasileira nasceu da crônica” (SÁ, 1997, p.7).

Em seu artigo **Aspectos da crônica no Brasil**: uma reflexão crítica, o professor William Valentine Redmond (2010), em diálogo com os estudos de Antonio Candido (1992), consolida a ideia de que o cronista é o ser que vivencia o real e tem a habilidade de transformá-lo em um relato de valor literário, logo a crônica:

A perspectiva do cronista não seja a dos que escrevem do alto da montanha, mas simples réis do chão. É que a crônica assume caráter de texto literário e seu comprometimento com a temática cotidiana poderá vir impregnado de elementos expressivos (CANDIDO, 1992 *apud* REDMOND, 2010 p.135).

O cronista é, portanto, aquele que deseja se comunicar diante do cotidiano que desperta seu entusiasmo. Preso ao acontecimento, que lhe serve de motivo e acicate, o cronista não se perde em devaneios. “E, invertendo os polos, sua inquietação lírica ancora na realidade do fato real” (MOISÉS, 1982, p.256). Na carta de Pero Vaz de Caminha, é notória a inquietação que motiva a produção do texto, pois o próprio escrivão declara que outros navegadores também já haviam feito suas observações e suas anotações ao Rei, mas isso não o impediria de também contribuir com seus relatos. Pero Vaz de Caminha anuncia que não pretende se envolver em detalhes, mas é com a relação tempo-realidade que o texto vai se configurando e a sensibilidade do escrivão se faz presente.

Ainda em foco na relação cronista e texto, a composição de uma crônica também deve considerar seu leitor, não da mesma forma que um destinatário de uma carta, pois este só absorve informações de alguém que está distante, mas é perceptível que o leitor de uma crônica muitas vezes parece estar junto ao cronista vivenciando as mesmas situações. O autor de uma crônica consegue, em uma linguagem próxima ao informal, trazer o leitor para perto de suas ações. William Valentine Redmond (2010) defende que a relação cronista - leitor é estabelecida tanto pelo singular quanto pela diferença. Diálogo este considerado um aspecto primoroso no texto:

O fato de escrever crônicas parece obrigar o cronista a estabelecer uma comunhão com seu meio e produzir um ar familiar. Assim, por meio da singularidade e da diferença, consegue sutilmente aproximar-se de seu leitor e fazer parte do ritual cotidiano. Além disso, consegue incorporar a visão do leitor, dando-lhe oportunidade de captar o perfil do mundo e dos homens. É admirável a comunhão entre o leitor e o cronista (REDMOND, 2010. p.139).

Graças ao caráter observador e à sensibilidade do cronista, o espetáculo da vida se revela diante do leitor. Mas em sua composição, além da forte relação com tempo e da necessária subjetividade, outros elementos narrativos tomam forma para estabelecer o relato do dia a dia. O texto é comumente narrado em primeira pessoa do singular e alterna a atenção entre narrador-protagonista que, por vezes, torna-se personagem secundário. Além disso, a crônica permite a inserção de outros personagens para compor seu enredo. O teórico Massaud Moisés buscou, assim, elencar a presença de elementos narrativos no gênero crônica:

Simultaneamente monólogo e diálogo, a crônica seria uma peça teatral em um ato superligeiro, tendo como protagonista sempre o mesmo figurante, ainda que outras personagens interviessem. O cronista, em monodialogo, se oferece em espetáculo ao leitor, dotado que este é de uma afinidade eletiva, graças a sua sensibilidade rica e apetente de comunhão (MOISÉS, 1982, p. 256).

Não é raro perceber estes aspectos no texto de Caminha. A narrativa se inicia em primeira pessoa do singular, sugerindo um narrador predominantemente personagem de seus atos. Entretanto, o escritor abandona o discurso pessoal e alterna o relato entre primeira pessoa do plural e ainda terceira pessoa do discurso. Ao trocar sua intencionalidade discursiva de protagonista para um mero observador, Caminha deixa em evidencia outras personagens. O foco de seu texto é transitório, mesclando as características expostas por Massaud Moises (1982), o escritor retira-se do centro e insere os índios e os demais portugueses da esquadra como personagens protagonistas.

Retomando a historiografia do gênero, percebe-se que os estudos sobre a crônica na literatura brasileira indicam que este texto narrativo e subjetivo foi sofrendo alterações e que só atingiu seu apogeu literário após o Romantismo, até se consolidar como um gênero tipicamente nacional. Depois que se distanciou dos relatos de viagem e das crônicas palacianas dos séculos XV e XVI, a crônica passou a ser concebida pela imprensa, tratava-se de textos que circulavam em folhetins de jornais no século XIX, desenvolvidas como notas de rodapé, que atualmente se aproximariam das ditas resenhas críticas, sobre assuntos políticos, artísticos, sociais, literários, dentre outros. A crônica foi se tornando um texto mais curto e começou então a apresentar características próprias. Uma dessas características retomava o conceito antigo de ser um registro essencial do cotidiano, além de apresentar uma linguagem mais poética para retratar o dia a dia.

A crônica é um gênero cujas raízes estão presas à narração do indivíduo, explorando o subjetivismo dos fatos. E, além disso, é o gênero que mais se aproxima em outros textos do tipo narrar, como o ensaio, o diário e, até mesmo, a carta. Afrânio Coutinho, no seu estudo **Ensaio e Crônica** (1997) acrescenta outra nuance do gênero crônica que confirma sua imprecisão. Trata-se de um texto que não tem fim. Coutinho expõe que a crônica é a “grosso modo, uma dissertação de curta extensão que não segue uma sistematização” e desse modo “compartilha da

ideia do texto inacabado, cujos assuntos parecem tender ao infinito” (COUTINHO, 1997, p.117).

Ao se estudar a crônica é possível sistematizar algumas observações de estudiosos e, até mesmo, dos próprios cronistas que auxiliam a encontrar um ponto comum para o gênero. São essas observações que também possibilitam enxergar e perceber o texto de Pero Vaz de Caminha como uma crônica. Para tal, é necessário não fechar os olhos para a ideia de que o texto de Caminha nos apresenta, a partir de um marco histórico, o ‘novo’ e que este permitiria a compreensão do desconhecido.

Aline Cristina de Oliveira, em seu artigo já mencionado **Crônica: um gênero menor?** Indagações acerca do texto lítero-jornalístico (2010), buscou também a resposta para as definições do gênero crônica nas palavras do poeta e cronista Carlos Drummond de Andrade em um trecho de **O Frívolo Cronista:**

Pode ser um pé de chinelo, uma pétala de flor, duas conchinhas da praia, o salto de um gafanhoto, uma caricatura, o rebolado da corista, o assobio do rapaz da lavanderia. Pode ser um verso, que não seja épico; uma citação literária isenta de pedantismo ou fingindo de pedante, mas brincando com a erudição; uma receita de doce incomível, em que figurem *cantabiles* de Haydn misturados com aletria e orvalho da floresta da Tijuca. Pode ser tanta coisa! Sem dosagem certa. Nunca porém em doses cavalares. [...] Até a frivolidade carece ter medida, linha sutil que medeia entre o sorriso e o tédio pelo excesso de tintas ou pela repetição do efeito. Não pretendo fazer aqui a apologia do cronista, em proveito próprio. Reivindico apenas o seu direito ao espaço descompromissado, onde o jogo não visa ao triunfo, à reputação, à medalha; o jogo esgota-se em si, para recomeçar no dia seguinte, sem obrigação de sequência (ANDRADE, 1998 *apud* OLIVEIRA, 2010, p.202).

Diante das explanações sobre o gênero, talvez tenha sido Drummond o que melhor conseguiu explicar a crônica e a função do cronista. No mesmo texto, **O Frívolo Cronista**, o escritor esclarece sua vocação desta forma:

O jornal não me chamou para esclarecer problemas, orientar leitores, advertir governantes, pressionar o Poder Legislativo, ditar normas aos senhores do mundo. O jornal sabia-me incompetente para o desempenho destas altas missões (ANDRADE, 1998).

É, por certo, a mesma função atribuída a um escrivão que não se limitou a escrever coordenadas geográficas, rotas e instruções sobre a viagem. Foi esse, sim, o responsável por ceder seu olhar sobre o desconhecido e sobre o real que lhe

despertava o interesse para todos os outros que desejassem saber e participar da aventura do encontro das novas terras e das novas gentes.

3 O VALOR DA CARTA: NEM AFORMOSEAR NEM AFEAR

Não há palavras que bastem para dar
justo relevo ao valor documental da carta:
etnográfico, histórico, biográfico, literário.
Manuel Guerreiro e Eduardo Nunes

Ao se pensar em estudar **A Carta de Pero Vaz de Caminha**, observa-se a premissa do senso comum de que o texto trata-se de uma narração que tinha como objetivo contar ao rei de Portugal sobre o achamento de uma nova terra, assim como define seu próprio autor:

Aesmo que o Capitão-mor desta vossa frota e também os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta vossa Terra Nova que, agora, nesta navegação se achou, não deixarei, também, de dar disso minha conta a Vossa Alteza, tal como eu melhor puder, ainda que para bem contar e falar o saiba fazer pior que todos. Mas tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade; e creia, como certo, que não hei de pôr aqui mais que aquilo que vi e me pareceu, nem para aformosear nem para afeiar (CAMINHA, 1999, p. 1).

Entretanto, a carta de Caminha ultrapassou o limite de ser apenas o relato de uma viagem e há tempos é concebida tanto por seu valor documental, como a “certidão de nascimento do Brasil” (SÁ, 1997, p.5), quanto pela sua legitimidade literária. É nesse sentido que se defende a ideia de que a carta é parte fundamental do patrimônio cultural da língua portuguesa, como tratam os pesquisadores Manuel Viegas Guerreiro e Eduardo Nunes (1974), os quais publicaram a obra **Pêro Vaz de Caminha a carta a el rei d. Manuel** na coleção Clássicos do Mundo Português pela Imprensa Nacional da Casa da Moeda (INCM). Portanto, a carta do escrivão português consegue prestar contas do convívio estabelecido entre o histórico e o literário.

Cabe acrescentar que Silvio Castro, na obra **A carta de Pero Vaz de Caminha o descobrimento do Brasil** (2015), destaca que a carta possui igual importância histórica e literária para Portugal e Brasil, sendo que, para o último, o documento é um privilégio por ser um marco que determina o nascimento de uma

História que se derivou de relatos de uma crônica de viagem. Dessa forma, Castro expõe sobre o texto de Caminha que:

A integração desses fatores transforma a Carta em crônica, permitindo a preservação do tempo real observado pelo remetente e a estabilização coerente do tempo histórico brasileiro. Estes fatos fazem do Brasil, possivelmente, a única realidade geo-humana moderna possuidora da escritura do próprio ato de nascimento. E, caso raro, desta maneira aquela brasileira é uma cultura nacional que nasce diretamente ligada ao signo escrito (CASTRO, 2015.p.36).

Para o historiador brasileiro, a carta teria outro valor a ser ressaltado. Seria esta também um documento capaz de sugerir a genética do povo brasileiro. Portanto, o texto de Caminha é um testemunho de um momento que já deixava pistas para reconhecer que, posteriormente, uma nação surgiria constituída pelos povos que acabavam de se encontrar: o índio e o portugueses.

O teórico assim determina:

A Carta de Caminha tem para o Brasil um duplo valor: o primeiro é aquele imediato de ser a memória estável dos primeiros atos de seu nascimento – ela permite, por isso mesmo, aos brasileiros, a consciência de uma história claramente colocada no tempo conhecido e no espaço cultural correspondente; o segundo, pelo fato de ser o duplo testemunho, que soube dar contemporaneamente, sobre os dois elementos que podem ser considerados a base do futuro indivíduo brasileiro, o português e o índio (CASTRO, 2015.p.35).

Seja pela observação dos fatores históricos ou literários, é certo que a leitura e o estudo da Carta de Caminha consistem em atividades prazerosas que levam o leitor a refletir sobre tais aspectos, além de gerarem questionamentos sobre o contexto de elaboração deste valioso texto. Portanto, para se realizar uma análise consistente dessa obra e compreender melhor seu valor, faz-se necessário caminhar pela história de seu autor e também do momento de produção que inserido à época das Grandes Navegações.

Pouco se sabe sobre a vida de Pero Vaz de Caminha, mas historiadores afirmam que ele teria nascido na cidade do Porto por volta do ano de 1450. Era filho de Vasco Fernandes de Caminha, cavaleiro da casa do duque de Guimarães e mestre da Balança da Moeda do Porto, cargo este que seria também assumido por Pero Vaz em 1479 (BUENO, 2006). Não há registro sobre o grau de escolaridade de Pero Vaz de Caminha, entretanto é possível concluir que ele frequentara escola,

pois, como comprova o conteúdo de sua carta sobre o achamento da nova terra, o escrivão tinha domínio do latim, língua ensinada no meio escolar à época (GUERREIRO; NUNES, 1974).

Caminha era um homem de notável importância em Portugal. Sabe-se que foi cavaleiro da casa de D. Afonso V, de D. João II e D. Manuel. Este, por sua vez, foi o monarca responsável por convocá-lo a embarcar como contador na esquadra de Pedro Álvares Cabral na expedição que retornaria a Calicute em 1500, após o feito atingido por Vasco da Gama em 1498. Por ser notoriamente conhecido por sua carta sobre o descobrimento do Brasil, muitos concebem a ideia de que Caminha era o escrivão da esquadra lusitana, entretanto, tem-se conhecimento que o escrivão oficial da viagem de Cabral era Gonçalo Gil Barbosa, de quem não se tem registro algum da expedição cabralina (BUENO, 2006).

Registra-se que a esquadra consistia de treze caravelas e partiu de Portugal em 9 de março de 1500 com aproximadamente mil e quinhentos homens sob o comando de Pedro Álvares Cabral. Dentre eles estavam os mareantes Bartolomeu Dias, que tinha conseguido dobrar o Cabo das Tormentas em 1488; seu irmão Diogo Dias que havia sido escrivão da expedição de Vasco da Gama em 1497; e demais capitães como Nicolau Coelho; o piloto Pero Escobar e ainda soldados e religiosos. Na leitura da carta de Caminha, é possível reconhecer esses personagens em alguns episódios narrados pelo escrivão (GUERREIRO; NUNES, 1974). Como se nota no fragmento:

E assim que as naus foram pousadas e ancoradas, todos os capitães vieram a esta nau do capitão-mor, e daqui o capitão mandou Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias que fossem em terra e levassem aqueles dois homens e os deixassem ir com seu arco e setas; aos quais mandou dar camisas novas, carapuças vermelhas e dois rosários de contas brancas de osso - que eles levavam nos braços [...] E mandou com eles, para ficar lá, um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro, para andar lá com eles e saber de seu viver e maneira: e a mim, mandou que fosse com Nicolau Coelho. Fomos assim como flecha, direto à praia. Ali logo acudiram obra de 200 homens, todos nus e com arcos e flechas nas mãos (CAMINHA, 1999, p. 4).

Há espaço ainda no texto do escrivão português para outras personalidades portuguesas, como Vasco de Ataíde no episódio que resultou no desaparecimento de uma nau; Frei Henrique de Coimbra na passagem narrativa sobre as primeiras missas realizadas em nova terra; e os degredados que acabaram não retornando a

Portugal e ficaram no recém encontrado território. Além das personagens portuguesas, o texto evidencia os nativos que viviam no ambiente até então desconhecido pelos portugueses (CASTRO, 2015).

Em uma tripulação de aproximadamente mil e quinhentos homens, aqueles que sabiam escrever puderam registrar suas impressões sobre a viagem, o que não foi diferente com Caminha, pois, apesar de ter embarcado com responsabilidades referentes às contabilidades da expedição, Pero Vaz de Caminha tinha bom domínio da escrita e se aproveitou desse dom relevante para escrever uma carta ao rei D. Manuel sobre o achamento da nova terra. O então escrivão enxergou nessa missiva a oportunidade para pedir ao Rei de Portugal que perdoasse seu genro Jorge Osório, que era um degredado em São Tomé na África.

Tanto a carta de Caminha quanto todos os registros da nova terra, como arco, flechas, cocares e até araras, foram encaminhados a Portugal no navio de Gaspar Lemos. Este retornou à Europa com a nau de mantimentos, que à época foi chamada de “nau das saudades”, (BUENO, 2006, p. 93), pois carregava as cartas e os bilhetes de pessoas que jamais retornariam à terra natal, como o próprio Caminha.

Tem-se conhecimento, no entanto, que a carta de Pero Vaz de Caminha junto com mais dois outros relatos, um do físico e cirurgião Mestre João e outro uma relação não assinada, que se conhece como **Relação do Piloto Anônimo**, são as únicas fontes documentais que sobraram da expedição de Cabral. A carta de Caminha é, de certo, a mais importante dos três documentos, pois é o único registro que relata o passo a passo dos dias vividos na nova terra (BUENO, 2006).

Os outros dois documentos citados objetivaram seus textos em aspectos diferentes da viagem e da descoberta cabralina. O relato curto do Mestre João sugere que sua intenção era observar a astronomia do território encontrado, sendo esta a principal diferença em relação ao relato de Caminha. O primeiro escreveu sobre as estrelas e o céu da nova terra, ao passo que o segundo se preocupou em escrever sobre os nativos que por lá viviam. O historiador Paulo Roberto Pereira, em sua obra **Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil** (1999), apresenta a versão de que Caminha foi responsável por um relato etnográfico da nova terra, enquanto que no texto de Mestre João há um olhar sobre estudos da astrologia do novo ambiente (PEREIRA, P.R.,1999).

Sobre o terceiro documento assinado como sendo de um Piloto Anônimo, sabe-se que é um texto que confirma as concepções de Pero Vaz de Caminha sobre a nova terra. O pesquisador Paulo Roberto Pereira assim descreve o documento:

A Relação do Piloto Anônimo, apesar de na parte referente ao Brasil se limitar a informações sem os grandes detalhes que encontramos na Carta de Caminha, é um precioso documento. Pode-se observar que seus comentários em quase tudo confirmam o texto caminhiano, embora sem o desenvolvimento deste. O autor, pelas notícias que oferece, não era certamente um piloto. Pois, se bem repararmos nesta narrativa, só existem dois ou três termos técnicos de Náutica e praticamente nenhum científico, Escrito sob a forma de um diário, quem o redigiu era certamente um escrivão [...], no final do relato [...] arrola os pesos, as moedas e os lugares de onde vêm as especiarias (PEREIRA, P.R., 1999, p. 82).

As pesquisas baseadas nos relatos históricos sugerem que, após nove dias em terra firme, Pero Vaz de Caminha e a esquadra lusitana seguiram caminho para as Índias onde chegaram ao final do mês de agosto de 1500. Relata-se que, em dezembro do mesmo ano, em uma invasão dos Mouros a Calicute, mais de cinquenta portugueses foram mortos, dentre eles, Pero Vaz de Caminha. Não se sabe ao certo qual teria sido o efeito da carta sobre o achamento da nova terra para o Rei de Portugal, mas ao ser noticiado da morte do escrivão, D. Manuel teria atendido a seu pedido e perdoado o genro do escrivão, Jorge Osório (BUENO, 2006).

Vale ressaltar que, além dos textos escritos por marujos e soldados enviados a familiares, junto ao documento de Caminha, foram enviadas missivas escritas pelo próprio capitão-mor, outros capitães, demais escrivães e ainda religiosos e fidalgos, mas, à exceção dos três documentos a que se tem acesso atualmente, todos os outros se perderam em dois episódios que assolaram Lisboa. O primeiro, um incêndio em 1508 e o segundo, um terremoto de grandes proporções em 1755 (BUENO, 2006). Tendo **A Carta de Caminha** sido encontrada somente no século XVIII.

O fato é que o relato de Pero Vaz de Caminha é considerado o mais completo e detalhado texto sobre a expedição portuguesa que, mesmo sem premeditar, registrou em uma espécie de diário com suas impressões pessoais o que seria o primeiro documento sobre a terra, a qual, também sem intencionalidade, mais tarde viria a se tornar Brasil. Segundo o teórico Manuel Viegas Guerreiro, o texto de

Caminha não pode ser limitado apenas ao valor de documento, deve ser reconhecido pela sua contribuição à Literatura de Viagem e, dessa forma, o pesquisador dá méritos ao escrivão português:

Não é Pero Vaz um experimentado homem do mar - nem o quis ser-, nem um político, e, por este lado, pouco tirará dele o historiador das descobertas, mas um cronista atento a tudo o que se passa no contacto com a terra e a gente, que magistralmente descreve, com o rigor do funcionário que lidava com factos e números, com a sabedoria do humanista que conhece e domina a sua língua, com a rara aptidão do apurado observador, com o fino talento do escritor, enfim, com a profunda e humana simpatia que nele despertou o novo homem dos trópicos (GUERREIRO; NUNES, 1974, p. 20).

Não é sem motivos que os estudos sobre a carta de Caminha e seu valor consideram que o conteúdo do texto relaciona-se com o movimento Humanista que surgira em Portugal no século XIV. O humanismo configurou-se como uma doutrina intelectual que desenvolveu uma nova postura crítica em relação às artes, desdobrando-se nas ciências, na astronomia, na escrita e na religião. Além das questões religiosas, o Humanismo provocou a valorização dos estudos clássicos, o que resultou também na priorização da postura racional. A partir desse marco, a corte portuguesa tornou-se um local para incentivar os estudos científicos e artísticos, sendo assim, essas transformações contribuíram para a ascensão marítima portuguesa (ABAURRE, 2000).

Em seus estudos sobre a carta de Caminha, Sílvia Castro (2015) também orienta sobre a importância desse documento diante das novas concepções ideológicas responsáveis pelo advento do Humanismo em Portugal. Segundo ele, características desta doutrina intelectual - como o racionalismo, o equilíbrio e a modernidade - não podem ser desconsideradas, uma vez que estão indubitavelmente marcadas nos textos-testemunho das viagens marítimas, sobretudo na carta de Caminha. Assim considera o teórico:

As características estilísticas da grande 'literatura de viagem' portuguesa – a atenção pelos detalhes; uma clara valorização da realidade, com adesão imediata ao fato objetivo; a sinceridade e a simplicidade do processo narrativo; a inteligente abertura para o mundo; o equilíbrio nos críticos; a capacidade constante de maravilhar-se – acompanham a Carta em toda as suas partes e lhe dão o valor de um documento perene da mais moderna cultura humanista de Portugal (CASTRO, 2015.p.33).

Entretanto, apesar desse valor para nação portuguesa, a Carta de Pero Vaz de Caminha não foi prontamente divulgada ao povo lusitano à época do descobrimento das novas terras. O documento ficou reservado por 300 anos na Torre do Tombo em Lisboa e durante o período de 1548 a 1571 ficou sob os cuidados do guarda-mor Damião de Góis. Apenas em 1785, o historiador castelhano Juan Bautista Munoz fez uma cópia do documento, entretanto o texto só viria a ser publicado em 1817 pelo Padre Manuel Aires Casal na sua *Corographia Brasílica*. Na ocasião, o sacerdote e historiador teria tido acesso a uma cópia da carta que se encontrava no Arquivo Real da Marinha do Rio de Janeiro (GUERREIRO; NUNES, 1974).

Não se tem ao certo a informação de quantas edições já foram feitas da Carta de Caminha. Sabe-se que há versões acessíveis ao povo português e tantas outras ao povo brasileiro. O documento original encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal, na gaveta 8, maço 2, nº 2 (PEREIRA, P.R., 1999). Na ocasião das comemorações dos 500 anos do “descobrimento do Brasil”, o manuscrito original foi exposto nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2005, a Carta de Pero Vaz de Caminha foi inscrita no Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Dada à sua importância, considera-se a Carta de Caminha como uma literatura de testemunho que apresenta significativo valor etnográfico, histórico, biográfico e literário. Nela, o cenário se concentra na observação da terra - em seus aspectos morfológicos como clima, flora e fauna -, do homem e dos seus comportamentos físicos e psicológicos, das crenças e da organização em sociedade dos nativos recém-descobertos. Assim, consideram Manuel Guerreiro Viegas e Eduardo Nunes:

que sua principal virtude [do estilo do escritor] está no seu visualismo, na forma com que o autor nos põe dentro dos olhos a movimentada acção que descreve. E tudo parece resultar do fino talento do observador, que sabe eliminar o que não tem interesse e escolher o que verdadeiramente importa (GUERREIRO; NUNES, 1974, p. 25).

Ainda considerando méritos ao escritor, os historiadores portugueses defendem Caminha e sua contribuição ao campo histórico e literário. Para Guerreiro e Nunes (1974), a carta revela não só informações sobre as descobertas e as viagens, mas também transfigura a própria personalidade de Pero Vaz de Caminha

como um homem tranquilo, fiel ao rei de Portugal e ciente de sua participação na expedição. Apontam os autores sobre Pero Vaz de Caminha:

Do que a carta revela a respeito do seu autor já algo se disse. Aí temos calmo e sereno, a escrever ao rei, com desembaraço de um súdito de qualidade, que não se intimida ante a dignidade real, e num tom familiar que deixa ver amizade e recíproco apreço. Liberdade e respeito, comumente, num homem que sabe o que quer, o que vale e pede o que deseja (GUERREIRO; NUNES, 1974, p.24).

Em relação à descrição física do manuscrito de Caminha, sabe-se que a carta fora composta de sete folhas, cada uma de quatro páginas, o que totalizaram vinte e sete que apresentavam um conteúdo narrativo e uma página com o endereçamento. Em relação à ortografia, o escrivão exibe a escrita fonética tradicional dos demais acervos portugueses do século XV (CASTRO, 2015). O texto prioriza a organização formal, respeitando a margem das folhas. Em relação à pontuação, a escolha do escrivão auxilia a leitura do manuscrito, uma vez que Caminha prefere pontuar seu texto de maneira expressiva. A estrutura compositiva é facilmente perceptível, uma vez que o texto inicia-se com característico traço epistolar, mas desenvolve-se num vasto campo narrativo que desencadeia a composição de um texto que também assemelha-se a um diário (CASTRO, 2015).

Em comunhão com seu valor de documento histórico e literário, a carta de Caminha compõe também um raro acervo dos registros das aventuras marítimas, dos anseios, dos dramas do homem em seu contato com o desconhecido. O pesquisador Silvio Castro (2015), na obra **A carta de Pero Vaz de Caminha o descobrimento do Brasil** assim define a importância dos textos produzidos sobre esse importante período na história mundial:

As navegações construíram lentamente um imenso texto expressivo, partindo da mais simples relação à mais complexa forma de testemunho que se fazem obra de arte. São textos que por mais de duzentos anos, a partir de uma idade clássica até o período barroco, fixam o drama e a epopeia do homem português em contato com a aventura, com o desconhecido (CASTRO, 2015, p.30).

É importante ressaltar que o valor dos textos de viagens e sobretudo da carta de Caminha está no registro da vida desses homens que viveram as experiências das navegações. Foram esses mareantes que deixaram suas casas e famílias para

cumprir uma tarefa que mudaria a concepção etnográfica, geográfica e religiosa do Ocidente nos séculos seguintes.

3.1 A CARTA COMO DOCUMENTO HISTÓRICO E LITERÁRIO

Muitas vezes, a literatura contou o que a história não podia contar, por outro lado, em muitas outras vezes, a narrativa histórica foi povoada de imaginação (CHIAPPINI; AGUIAR, 1993). A obra do escritor português, mais uma vez, transita em duas vertentes, não mais com relação ao gênero, mas agora do ponto de vista do seu valor histórico e literário. No entanto, antes de observar a carta de Caminha como um documento, faz-se necessário compreender o que a História contempla como um documento e como uma fonte histórica.

José D'Assunção Barros (2012), em seu artigo **Fontes Históricas**: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica, apresenta conceitos atuais que definem uma certa preferência pela nomenclatura **fonte histórica**, definida por Barros como “tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano” (BARROS, 2012, p.130). Essa concepção de fonte histórica é bem diferente da concebida durante anos. Antes, só se entendia como fonte aquelas hoje consideradas tradicionais, como crônicas, memórias, registros de cartório, cartas, demais obras literárias (BARROS, 2012).

Outro aspecto relevante exposto por Barros (2012) é o fator interdisciplinar como contribuição histórica. O historiador sugere que dados geográficos, como uma paisagem natural, ou linguísticos, como ocorrências da fala e demais ciências, também são considerados fontes para a História. A saber:

[...] a geografia passou a atuar interdisciplinarmente com a história, mesmo uma paisagem natural passou a ser encarada como uma possibilidade documental. O mesmo se pode dizer das relações entre a história e a linguística, que trouxeram os próprios fatos da língua para o campo das evidências históricas, e também das perspectivas que se produziram na confluência entre História e Antropologia, que permitem que se abordem como fontes históricas as evidências e heranças imateriais, já sem nenhum suporte físico e concreto, como as festas dramáticas populares e os ritos religiosos que se deslocam e perpetuam-se na realidade social, os sistemas integrados e reconhecíveis de práticas e representações, os gestos e modos de sociabilidade, os bens relacionáveis ao chamado ‘patrimônio imaterial’ (modos de fazer algo, receitas alimentares, provérbios e ditos populares, anedotários) (BARROS, 2012, p.130 grifo do autor).

Em comunhão com essas concepções, Peter Burke, na obra **A Escola dos Annales** (1929 - 1989) - a Revolução Francesa da Historiografia (1992), elenca a mudança de ideologia no estudo tradicional da História - o que ele denomina como 'Antigo Regime' (BURKE, 1992, p. 11) - e apresenta a proposta sugerida pelos críticos dessa História, a saber:

[...] a história tem sido escrita sob uma variada forma de gêneros: crônica monástica, memória política, tratados de antiquários, e assim por diante. A forma dominante, porém, tem sido a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis. Foi durante o Iluminismo que ocorreu, pela primeira vez, uma contestação a esse tipo de narrativa histórica. Por volta de meados do século XVIII, um certo número de escritores e intelectuais, na Escócia, França, Itália, Alemanha e em outros países, começou a preocupar-se com o que denominava a “história da sociedade”. Uma história que não se limitava a guerras e à política, mas preocupava-se com as leis e o comércio, a moral e os “costumes”, temas que haviam sido o centro de atenção do famoso livro de Voltaire *Essai sur les mœurs* (BURKE, 1992, p. 11 grifo do autor).

Existe ainda outro possível embate na historiografia sobre a conceituação de documento histórico. Como preferem alguns historiadores, o termo documento histórico ainda é frequentemente empregado. Para Barros, essa nomenclatura está muito relacionada aos arquivos que foram organizados de forma sistemática, pois se esperava que o pesquisador documentasse as experiências feitas no decorrer da narrativa histórica. É dessa atitude que se originou a palavra documento, pois reafirma a noção de ser uma prova, ou seja, uma comprovação da pesquisa (BARROS, 2012).

Diante dos pressupostos teóricos discutidos por José D'Assunção Barros, confirma-se o valor histórico da Carta de Caminha. Sendo a obra uma fonte ou documento histórico, ela é reconhecida com um patrimônio material, por se tratar de uma crônica de viagem do final do século XV, registrada em papel, mas não deixa de revelar indícios de heranças imateriais que podem ser pensados a partir da análise apontada por Barros (2012). Através do estudo da carta, foi possível traçar aspectos geográficos da nova terra, ademais ela ainda possibilitou aos pesquisadores linguistas o futuro conhecimento do tupi-guarani e do processo de inserção da língua portuguesa na população que já habitava o novo território. Por fim, não pode ser desconsiderado o fato de que a importante mentalidade religiosa

da época também pode ser desvelada com o estudo da carta. Caminha, ao mencionar nas suas observações que o povo encontrado não possuía crença e deveria ser cristianizado, já contribuía para uma das marcas da futura colonização da América Portuguesa: a catequização dos índios. Já que para Barros: “Certo conjunto de gestos, perceptível nos modos como os indivíduos de certa população desenvolvem sua sociabilidade, pode se tornar igualmente evidência histórica” (BARROS, 2012, p.145).

Entretanto, a relação História e Literatura nem sempre foi de um convívio amigável. As pesquisadoras Virgínia Camilotti e Márcia Regina C. Naxara, na obra **História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil** (2009), afirmam que por muito tempo esses dois campos não caminhavam juntos. As autoras citam diversos estudiosos que preferiam separar as duas ciências, mas as estudiosas se manifestam contrárias a essa premissa e definem que tal separação não se confirma, pois história e literatura “abordam temas comuns sob diferentes perspectivas e utilizam formas aproximadas para se concretizarem – a escrita em suas variadas dimensões” (CAMILOTTI; NAXARA, 2009 , p.17).

Outra associação relevante entre as duas áreas do conhecimento é o próprio objeto de pesquisa. Tanto a Literatura quanto a História se interessam pelo mesmo personagem: o ser humano. Dessa forma, Camilotti e Naxara afirmam que: “história e literatura modernas [...], desde o seu início, compartilharam o interesse pelo humano – o homem, alçado à condição de objeto de conhecimento” (CAMILOTTI; NAXARA, 2009 , p.20).

O estudo das fontes históricas, assim como **A Carta de Pero Vaz de Caminha** (1999), muito teve a contribuir para as duas áreas. O texto serve de material para pintar um retrato da época das Grandes Navegações, uma vez que por meio do texto literário crônica foi possível levantar dados que constituíram o perfil do homem do século XV e dos nativos encontrados na nova terra. De igual modo, esse gênero contribuiu para a desmistificação da ideia imagética da época sobre o paraíso terrestre no Novo Mundo. Sem esta relação, histórica e literária, haveria uma possível lacuna no conhecimento dos costumes e das crenças do homem do século XV.

Mesmo sabendo-se da notável importância da relação entre História e Literatura, esse distanciamento ainda por muito tempo vigorou na historiografia brasileira. Foi apenas na década de 1970 que a separação dessas duas correntes

do conhecimento começou a ser revista pelos historiadores. Assim Camilotti e Naxara expõem que:

[...] o distanciamento entre história e literatura pode suscitar polêmica, parece não haver discordâncias quanto a se considerar que, a partir dos anos 1970 e, em especial, no que se refere à historiografia praticada no Brasil, dos anos 1980, houve um significativo deslocamento ou alteração deste quadro. Deslocamento que se insere no amplo movimento de renovação das práticas historiográficas (CAMILOTTI; NAXARA, 2009, p.25).

Esta nova concepção que passou a vigorar nos meados dos anos 1970 e que agora aproximava História e Literatura deveu-se à mudança de abordagem nos estudos da historiografia. O modo de pesquisa do historiador começou a levar em conta não apenas a coleta de informações sistematizada. Começou a surgir também o interesse em costumes, em valores, em manifestações culturais e em qualquer outra ligação com a identidade do objeto de pesquisa (CAMILOTTI; NAXARA, 2009).

O artigo das pesquisadoras Virgínia Camilotti e Márcia Regina C. Naxara também dispõe dos debates organizados no Seminário Internacional que deu origem ao livro **Literatura e história na América Latina** (1993), sob responsabilidade dos professores Ligia Aguiar e Flávio Wolf. Em um dos debates, o crítico literário Alfredo Bosi contribuiu para a defesa da associação entre História e Literatura. Como apresentam as autoras em seu artigo:

O historiador, sobretudo o historiador do mundo colonial, está movido por um desejo de totalização que eu acho [...] muito propício para o mundo em que vivemos hoje; isto é, o desejo de enriquecer e aprofundar os seus conteúdos. De alguma maneira, ele considera, senão esgotados [...], já desenvolvidos até um limite extremo o discurso economicista, ou o discurso que fala só sobre a cultura material, ou o discurso dos fatos políticos mais berrantes. [...] O historiador moderno, particularmente o historiador das colônias [...] desejaria ir mais fundo, isto é, estudar e conhecer as motivações internas, a sensibilidade; tudo quanto faz com que o ser humano seja essa coisa plástica, imprevisível, que a historiografia sociológica e a historiografia economicista reduziram a certos parâmetros. [...] Este momento é meio embriagador; [...] embriagador no sentido de se tentar o enriquecimento dos conteúdos, o aprofundamento até o nível da sensibilidade, aquele nível que é tratado normalmente pela psicologia, pela psicanálise, pela antropologia. Esse nível é também o nível ficcional [...] se ele quer comprovar que realmente no século XVII havia tais e tais tendências no campo da afetividade, ele vai à literatura e tira dela os testemunhos que lhe interessam, para compor uma história complexa, rica, que abrace o externo, mas também o interno (BOSI, 1993 *apud* CAMILOTTI; NAXARA, 2009, p.26).

Explorando as vertentes literárias, sabe-se que, em relação à produção de uma obra, o autor não necessariamente deixa em evidência qual seria a intencionalidade de sua composição. Caminha não determinou que sua carta seria o importante documento que registrou a descoberta de um território que séculos depois se tornaria uma nação, tampouco escreveu ao rei D. Manuel com o objetivo de ser reconhecido com o autor de uma obra literária da língua portuguesa. A única certeza é de que o texto elaborado pelo escrivão tinha a intenção de ser lido, mas a condição histórica e literária que o relato pôde alcançar, só o tempo e o estudo puderam determinar.

Assim, sabe-se, conforme concebe o teórico Terry Eagleton, um texto pode ser formulado com diversas intenções, as quais também podem sofrer alterações em sua valorização. Dessa forma, expõe o autor, na obra **Teoria da literatura: uma introdução** (1983), que:

Um segmento de texto pode começar sua existência como história ou filosofia, e depois passar a ser classificado como literatura; ou pode começar como literatura e passar a ser valorizado por seu significado arqueológico (EAGLETON, 1983, p. 9).

Em comunhão com Eagleton, o pesquisador Fabio William Lopes Braga, em seu estudo **A carta de Caminha e o conceito de literatura na historiografia literária brasileira** (2009), exemplifica que não foi somente o texto do escrivão português que apresentou essa variação em sua valorização. Na própria literatura brasileira, outras obras também tiveram seu reconhecimento reformulado devido ao estudo de diversos teóricos, como foi o caso de **Os Sertões**, de Euclides da Cunha. Assim exemplifica Braga:

Como exemplo disso, pode-se apontar, na Literatura Brasileira, dois textos concebidos com intenção não-literária, mas que lograram decolar de seu estado inicial para inserirem-se no âmbito literário e artístico: a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *A Carta de Pero Vaz de Caminha* - aquela, de cunho jornalístico e historiográfico, que, não obstante sua intenção primeira, obteve de um Araripe Júnior e de um Sílvio Romero tratamento literário especial; esta, que, muito embora inserida na tradição das crônicas de viagem e analisada até meados do século XX pelos grandes historiadores e críticos literários como documento de valor histórico, vem recebendo, a partir da segunda metade do século passado, tratamento literário (BRAGA, 2009, p.9).

Essas observações só vêm a confirmar a pluralidade do estudo do texto de Caminha, que pode ser concebido histórica e literariamente com o passar dos anos. Ainda para Guerreiro e Nunes, é lamentável que **A Carta de Caminha** tenha demorado ter seu reconhecimento no estudo da etnografia. Os teóricos defendem que os etnólogos não aproveitaram “convenientemente a riqueza deste e de outros documentos similares” (GUERREIRO; NUNES, 1974, p. 23), ao passo que também desejam que essa falha possa ser reparada: “mas não é tarde ainda para neles colher os ensinamentos que contêm” (GUERREIRO; NUNES, 1974, p. 23).

Os mesmos professores portugueses admiram-se da obra de Caminha e atribuem estimado valor ao texto para o povo lusitano, que, por intermédio da carta, pode sanar suas curiosidades históricas acerca das motivações dos descobrimentos. Assim explicam:

Aí nós encontramos como causas dos descobrimentos, vida a bordo (política, náutica, alimentar), o costume de deixar degredados em terra, operações de abastecimento de água e lenha [...] modo de tratar as populações indígenas, em tudo se manifestando a personalidade do homem português dos descobrimentos (GUERREIRO; NUNES, 1974, p. 23).

No mesmo contexto histórico, os pesquisadores portugueses ressaltam que para o povo brasileiro a carta, além de esclarecer os feitos das Grandes Navegações, ainda é o marco inicial da História de uma nação: “Valor histórico, referimos nós, e que dirão dele os brasileiros, que têm na carta o primeiro documento da sua História, e que documento ele é” (GUERREIRO; NUNES, 1974, p.24).

Em reconhecimento ao valor literário, Guerreiro e Nunes expõem as passagens desenhadas por Caminha, as quais expressam o belo e o estranho, principalmente no trato com os índios. Os relatos que sugerem a descrição das mulheres indígenas e as tentativas de um contato amigável entre os dois povos, conseqüentemente, sugerem que houve certo cuidado em tratar bem os nativos para os acalmar. Portanto, para os professores portugueses, esses episódios são exemplos de imagens que não saem da mente do leitor da carta (GUERREIRO; NUNES, 1974).

Em comunhão com os estudos de Guerreiro e Nunes (1974), o historiador brasileiro Sílvio Castro (2015) aponta para a riqueza das palavras do documento no

universo de sua produção e corrobora a ideia de que a carta é responsável por preencher uma lacuna na história portuguesa:

Um sentido universalista do comportamento, uma atitude realista diante dos fatos, uma aguda atenção para os menores detalhes, a abertura intelectual em relação ao diverso, a participação racional com os limitados confines do próprio universo conhecido e a correspondente ambição de conquista dos espaços materiais desconhecidos mas desejados, a capacidade de unir o sacro e o profano, o real e o abstrato, são algumas das características da nova cultura portuguesa (CASTRO, 2015.p.29).

Sílvio Castro ainda se propõe a analisar a carta e seu feito literário, também ressaltando a competência do escrivão em expressar com maestria no trato com as palavras tudo aquilo que lhe chamava a atenção. Se para os teóricos portugueses alguns relatos da carta não saem da mente do leitor, para Castro, o texto também é marcado pelo envolvimento de seu autor com tudo o que o cercava neste Novo Mundo: “e sentindo-se fortemente envolvido naqueles eventos, Caminha nos fala tanto de si mesmo, um tipo humanista da renascença portuguesa, quanto dos índios e de seu mundo” (CASTRO, 2015.p.35).

Torna-se, por sua vez, incontestável olhar o texto do escrivão português sem os devidos méritos literários e históricos. Do ponto de vista acadêmico, **A Carta de Caminha** possui o reconhecido valor tanto para os portugueses, quanto para os brasileiros, duas nações que foram influenciadas pelos registros e observações de Caminha.

3.2 O IMAGINÁRIO EM TORNO DAS PALAVRAS QUE NAVEGAM

As Grandes Navegações constituíram um marco na história mundial. E foi Portugal um dos representantes mais expressivos desse momento histórico. Os portugueses se tornaram um dos principais responsáveis pela expansão da civilização europeia. O jornalista Eduardo Bueno, na obra **A viagem do descobrimento** um outro olhar sobre a expedição de Cabral (2006), afirma que “ao concretizar plenamente a vertigem expansionista, os portugueses foram capazes de provar para o bem e para o mal que tudo está unido e interligado. [...] E conhecer os primórdios da viagem de Cabral seria essencial para entender o que estamos fazendo aqui e agora” (BUENO,2006 p.40).

Entretanto, antes de pensar na viagem de Cabral e sobre o imaginário da época é preciso entender também o que a história define como imaginário. José de Assunção Barros em seu artigo **História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis** (2007) elenca alguns conceitos que contemplam as teorias sobre o imaginário para História. Em primeira instância, o pesquisador propõe entender a história do imaginário, a saber:

A história do imaginário estuda essencialmente as imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas as imagens visuais, como também as imagens verbais e, em última instância, as imagens mentais. O imaginário será aqui visto como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar “vida concreta”. Essa perspectiva sustenta-se na ideia de que o imaginário é também reestruturante em relação à sociedade que o produz (BARROS, 2007, p. 26)

Barros também apresenta a importância dos estudos sobre o imaginário e sugere a definição do historiador Jacques Le Goff que destacava que “o imaginário pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito, mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra” (LE GOFF, 1980 *apud* BARROS, 2007 p. 26- 27). A definição de Le Goff apresentada por Barros é válida ao se referir aos textos dos descobrimentos marítimos, como é no caso da Carta de Caminha.

Apesar de o achamento do Brasil, registrado na carta de Pero Vaz de Caminha, hoje ser considerado um marco da aventura ultramarina portuguesa, no seu primeiro momento, essa conquista não gerou tanto entusiasmo e, por muitos séculos, atribuiu-se ao acaso tal descoberta. Atualmente, sabe-se que esse encontro com as novas terras não foi tão inesperado como já se acreditou um dia. Os portugueses tinham estudos cartográficos e relatos de outros viajantes, inclusive de Vasco da Gama, de que havia terras em outras amplitudes. No entanto, imaginava-se que seriam apenas ilhas e não necessariamente outro continente. Porém, foi somente em 1854 que se rompeu com a ideia de descobrimento ao acaso do novo continente. Nesse ano, o historiador brasileiro Joaquim Norberto de Sousa Silva apresentou, por uma sugestão de D. Pedro II, a tese da intencionalidade da esquadra cabralina ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (PEREIRA, P.R., 1999).

Contudo, essas ilhas já povoavam o imaginário europeu há muitos anos, pelo menos desde relatos do século IX. As terras eram conhecidas como Ilha de São

Brandão ou ainda Brasil de São Brandão. De acordo com a crença da época, essas ilhas se afastavam no horizonte toda vez que alguém se aproximava delas, era, assim, uma ilha móvel, o que justificava o fato de sua localização não ser precisa em nenhum mapa da época. Ainda de acordo com lendas, a ilha Brasil teria sido descoberta por um monge irlandês no ano de 565. E o nome Brasil seria derivado da palavra celta *bress*, que também originou o verbo *bless* - no inglês abençoar -, sugerindo, dessa forma, que a terra seria abençoada. Imaginação ou realidade, essas ilhas localizavam-se no oceano Atlântico e apareciam em mapas e globos europeus até meados do século XVIII (BUENO, 2006).

Nos relatos de Caminha e de Américo Vespúcio,⁹ confirmavam-se as teorias medievais de que as terras encontradas seriam adâmicas e, assim, encerraria a procura pelo Jardim do Éden. Entretanto, para Vespúcio, as Ilhas Afortunadas seriam hoje as Ilhas Canárias e a melhor teoria para o nome Brasil ainda seria a relação com a madeira cor de brasa que era chamada pelos nativos de ibirapitanga, conhecida posteriormente como pau-brasil (PEREIRA, P.R., 1999).

As histórias que despertavam o imaginário europeu sobre o Novo Mundo impulsionaram as navegações, pois se acreditava que, ao serem encontradas, essas terras afortunadas trariam bênçãos prometidas. A pesquisadora Ana Donnard, em seu artigo **O outro mundo dos celtas atlânticos e a mítica Brasil, ilha dos afortunados**: primeiras abordagens (2009), corrobora que os navegadores confirmaram suas expectativas sobre o Novo Mundo com os relatos posteriores sobre a estada no Brasil, no caso com **A Carta de Pero Vaz de Caminha**, que ratificava os aspectos descritivos do paraíso já traçados pelos irlandeses no século IX. Assim, segundo a pesquisadora, o relato de Caminha serviu para consolidar uma imagem de Brasil e, por isso, a terra descoberta foi, em um primeiro momento, o paraíso para os portugueses (DONNARD, 2009).

De acordo com Donnard, esse paraíso terrestre era composto por diversos símbolos que já suscitavam a imaginação à época das aventuras ultramarinas, tais atributos puderam ser comprovados na narrativa no escrivão português. É válido ressaltar que esses aspectos não só enfocavam a visão paradisíaca, mas também sugeriam o estranhamento e o medo de seres nunca vistos na Europa, fazendo com

⁹ Américo Vespúcio nasceu em Florença em 1454. Foi mercador, navegador, geógrafo e explorou o Oceano Atlântico a serviço do Reino de Portugal e de Espanha. Disponível em: http://www.e-biografias.net/americo_vespucio/ acesso em: 11 de agosto de 2016.

que a nova terra fosse também um misto de impressões relacionadas ao paraíso e ao inferno. Assim esclarece Donnard:

As lendas relativas à famosa ilha Brasil são inúmeras, bem como seus diversos epítetos, como, por exemplo: a ilha dos viventes, ilha da verdade, da alegria, da mulher encantada, das maçãs, um paraíso mais que distante. Do ponto oposto, ao mesmo tempo que é paradisíaca, é também habitação de seres fantásticos, monstros e criaturas nunca antes vistos no Velho Mundo, discurso encontrado também nas narrativas de viagem europeias sobre o Brasil (DONNARD, 2009, p.21).

Outras imagens do paraíso foram criadas na mentalidade do homem à época do século XVI. Na obra de Carlo Ginzburg, **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideais de um moleiro perseguido pela Inquisição (2006), o paraíso é descrito como um ambiente em que o homem não trabalha, não se esforça, logo não há cansaço. Era o local que se assemelhava a uma terra de prazeres e só traria hostilidade a seus habitantes. Assim sugere a narrativa:

[...] o paraíso é um lugar delicado, onde se encontram todas as frutas de todas as estações, rios sempre cheios de leite, mel, vinho e água doce. [...] Todos terão suas donzelas, usufruirão delas e cada vez serão mais bonitas. [...] Eu acredito que o paraíso terrestre esteja onde existam gentis-homens que possuem muitos bens e vivem sem se cansar (GINZBURG, 2006, p. 128).

Além das considerações sobre o que seria o paraíso terrestre, o texto de Carlo Ginzburg também apresenta um panorama do século XVI sobre a concepção do termo Mundo Novo. Assim, o moleiro Menocchio¹⁰ faz suas observações sobre as novas terras: “o mundo novo que desejava era uma realidade exclusivamente humana, a ser alcançada por meios humanos” (GINZBURG, 2006, p.133). O termo referia-se a uma metáfora que sugeria ser o ‘novo mundo’ as regiões novas de que os antepassados não tinham conhecimento algum. Mas, o termo Novo Mundo fora posteriormente utilizado para referir-se não a um novo continente, mas a uma nova sociedade que estava para ser constituída (GINZBURG, 2006).

Entretanto, o termo metafórico do ‘mundo novo’, que fora a princípio vinculado às terras descobertas, desassociou-se das questões geográficas e logo foi tomado pela literatura e pelo seu imaginário fantástico, a qual tratou de sugerir que as novas

¹⁰ Domenico Scandella Menocchio foi um moleiro perseguido pela inquisição por ser considerado herege. Foi torturado e morto na fogueira em 1599. O livro **O Queijo e os Vermes** reflete sobre as teorias de Menocchio e a sociedade.

terras seriam regiões com fartura e abundância e, por outro lado, com ausência de vínculos sociais, ou seja, terras onde não existiam instituições familiares e preconizavam as liberdades sociais e sexuais. De certo modo, as concepções confirmavam as lendas já mencionadas no século IX pelos celtas. A seguir, segue um fragmento que surgiu anônimo no século XVI e que se refere às terras encontradas além do oceano:

Navegantes do Mar Oceano acharam
 Há pouco tempo um divinal país
 Um país jamais visto nem ouvido
 [...]
 Um rio de leite nasce de uma grota e corre pelo meio do país
 [...]
 Não é preciso saia nem saio lá
 Nem calça ou camisa em tempo algum,
 Andam nus todos, homens e mulheres
 Vê-se cada um e toca-se à vontade:
 Oh que vida feliz, oh que bom tempo
 [...]
 Não se dividem campos nem herdades
 Pois recursos abundam para todos
 E o país vive em plena liberdade
 (GINZBURG, 2006, p. 135-136).

É notório que os versos são reflexos dos testemunhos de viagem dos mareantes do século XVI. Relatos estes que não se distanciam de **A Carta de Pero Vaz de Caminha** sobre o achamento do Brasil, uma vez que em seu texto é possível perceber a admiração pela natureza exuberante, a ideia de estar em uma terra fértil e o espanto em reconhecer a liberdade de convivência entre os nativos. Como se observa no trecho a seguir:

Ali verieis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, assim pareciam bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tintura preta; e todo o resto da sua cor natural. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma. Também andava lá outra mulher, nova, com um menino ou menina, atado com um pano aos peitos, de modo que não se lhe viam senão as perninhas. Mas nas pernas da mãe, e no resto, não havia pano algum. [...] Andamos por aí vendo o ribeiro, o qual é de muita água e muito boa. Ao longo dele há muitas palmeiras, não muito altas; e muito bons palmitos. Colhemos e comemos muitos deles (CAMINHA, 1999, p. 5-6.).

Para o historiador Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil (2000), as

observações junto às considerações dos viajantes ajudaram a criar uma concepção do que era o mundo real. Assim expõe Holanda:

Muito mais do que as especulações ou os desvairados sonhos, é a experiência imediata o que tende a regradar a noção de mundo desses escritores marinheiros, e é quase como se as coisas só existissem verdadeiramente a partir dela (HOLANDA, 2000, p.5).

A pesquisadora Lucinea Rinaldi, em seu artigo **Cronistas de Viagem e Viajantes Cronistas: o pêndulo da representação no Brasil colonial** (2007), defende que a crônica de viagem contribui para criar essa noção de mundo sugerida por Holanda. A autora não se limita a enfatizar apenas o autor de um relato de viagem, mas também dá devida importância ao receptor desse testemunho. Rinaldi (2007) afirma que o leitor de uma crônica de viagem participa da experiência e divide com seu autor a aventura de estar diante do desconhecido e estranho. Assim, sugere a autora que tal gênero textual:

[...] convida o leitor a realizar uma viagem de aventura por meio de uma narrativa [...] tece um emaranhado de acontecimentos de forma que o leitor, porque experimentou a aventura e compartilhou sentimentos com o outro, sente-se tão aventureiro pelo que vivenciou na sua imaginação (RINALDI, 2007. p. 14).

Ainda comungando com as ideias de Holanda, Rinaldi (2007) se baseia na premissa de que o testemunho de viagem, como a referida **A Carta de Pero Vaz de Caminha** (1999), pode ter um valor didático com certa intenção de 'fazer saber'. Sendo assim, para a autora, a ideia defendida por Holanda de que as coisas só passariam a existir a partir da experiência relatada se confirma na defesa de que um texto de viagem divide o mérito da descoberta de uma nova terra com o seu leitor. Assim, a autora defende que a narrativa de viagem:

É uma forma de proporcionar a aprendizagem daquilo que não se conhece, de um mundo de mistérios, de um universo narrativo que desperta a condição de que retornar é tão bom quanto partir, reencontrar é a recompensa de poder transmitir tudo aquilo que se aprendeu (RINALDI, 2007. p. 14).

Para Laura de Mello e Souza, em sua obra **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial** (1986), o autor de uma crônica de

viagem, motivado pelo imaginário, é o ser tomado “pela ‘vertigem’ da curiosidade” [...] e que “colocado a serviço da descoberta do mundo, o olhar começava a crescer sobre os outros sentidos, captando e aprisionando o raro, o estranho, o singular que, anteriormente, também haviam cativado a atenção medieval” (SOUZA, 1986, p.23).

As ideias do historiador Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil (2000), ainda confirmam a hipótese de que o primeiro impacto sobre o achamento da nova terra sugeriu uma crença de que os portugueses estariam diante do paraíso terrestre. Para Holanda, nas detalhadas descrições de Pero Vaz de Caminha e na comparação feita pelo escrivão que tratou de observar o gentio da nova terra e o associou a personagem bíblica de Adão, confirmam-se as possíveis visões desse paraíso. A saber:

E é quando muito à guisa de metáfora, que o enlevo ante a vegetação sempre verde, o colorido, variedade e estranheza da fauna, a bondade dos ares, a simplicidade e inocência das gentes - tal lhes parece, a alguns, essa inocência que, dissera-o já Pero Vaz de Caminha, ‘a de Adão não seria maior quanto à vergonha’, - pode sugerir-lhes a imagem do Paraíso Terrestre (HOLANDA, 2000. p.7 grifo do autor).

Em comunhão com Sérgio Buarque de Holanda (2000), a professora Laura de Mello e Souza (1986), expõe a perspectiva do imaginário europeu e a contribuição das narrativas de viagens como elementos instigadores para confrontação da realidade, confirmando assim que as lendas da Idade Medieval e a busca pela terra abençoada foram de fato importantes motivadoras para as viagens marítimas. Nesse sentido, altera-se a tese histórica de que a única motivação das Grandes Navegações seria o comércio. Nas palavras de Souza:

A aventura marítima desenrolou-se pois sob forte influência do imaginário europeu tanto na vertente positiva quanto na negativa. A idade de ouro das utopias europeias vinculou-se estreitamente às grandes descobertas, os relatos de viagem, ‘embelezados pela imaginação’, agindo como choque cultural e provocando cotejos e questionamentos das estruturas sociais de então (SOUZA, 1986, p.29-30).

Também, em seu artigo, Rinaldi (2007) explora a intenção das viagens marítimas e, junto aos preceitos defendidos por Souza (1986), a autora faz alguns questionamentos:

[...] é, pois a viagem que questiona este conhecimento prévio: até que ponto as rotas de navegação, os caminhos, os novos povos descobertos estão contidos livros de leitura de navegantes? Até que ponto a imaginação não serviu de combustível necessário para se realizar o sonho de se lançar ao mar e buscar terra à vista, de conhecer e conquistar o território do outro, de encontrar a rota para o Paraíso? (RINALDI,2007, p. 18).

Sérgio Buarque de Holanda (2000), assim como sugere Laura de Mello e Souza (1986), também aborda as descobertas das novas terras sob a perspectiva do estranhamento que poderia sugerir um confronto entre as ideias e os costumes da época. Dessa forma, para o professor, as viagens marítimas foram responsáveis pelos embates culturais também movidos pelas fantasias criadas pelos povos europeus. Holanda assim declara: “a extravagância deste ou daquele objeto, que ameaça desafiar o costume e a ordem da natureza, pode ocasionalmente acarretar, é certo, alguma vaga sugestão de mistério” (HOLANDA, 2000. p.5).

Sobre o valor de mistério e fantasia das descobertas marítimas, parece haver um consenso entre os pesquisadores, a exemplo disso, Silvio Castro (2015) funde seus pensamentos aos argumentos de Holanda (2000) e Mello (1986) e corrobora que os relatos de viagens foram os responsáveis por edificar conceitos da mitologia cultural brasileira. Sendo mais específico, pode-se afirmar que Castro (2015) responsabiliza **A Carta de Pero Vaz de Caminha** como a peça primordial dessa constituição mitológica. Assim expõe:

Foram estes amplos testemunhos que fixaram aqueles conceitos logo transformados em ‘constantes’ da nossa mitologia cultural. Mitos como o ‘mundo novo’, ‘paraíso terrestre recuperado’, o ‘bom selvagem’ etc. Até aquele ufanismo sentimental que se encontra em tantas manifestações brasileiras – muitas vezes com perigosas derivações nacionalistas-, partem desde específico curso expressivo, do qual a Carta de Caminha é a primeira e preciosa peça (CASTRO, 2015, p.10).

Não muito distante dessas concepções, Mary Del Priore, na obra **Histórias da gente Brasileira** volume 1 Colônia (2016), preconiza que, com o relato de Caminha, não só os portugueses, mas os demais povos europeus trataram de repensar as ideias do paraíso terrestre por não compreenderem ao certo a imagem descrita dos nativos encontrados na nova terra. A nudez dos índios fora interpretada como inocência e estupidez. E, mesmo os nativos pertencendo a tribos distintas, na classificação europeia, foram apenas intitulados ‘gentios’ (DEL PRIORE, 2016). Contemplando a esfera do mistério acerca da nova terra e da nova gente, a

descrição de Caminha despertou especulações na Europa, como apresenta Priore: “na Europa, as especulações sobre sua origem interrogavam os sábios. Afinal, não eram mencionados na Bíblia...seriam uma das Dez Tribos Perdidas de Israel¹¹ ou sobreviventes da Atlântida?”¹² (DEL PRIORE ,2016, p.21).

Dessa forma, as narrativas de viagem vieram a contribuir para a formação cultural não só para o povo brasileiro, mas também para o povo português e europeu, que pode enxergar nos relatos sobre o descobrimento de um novo território, o seu imaginário se confirmando e se ruindo ao mesmo tempo. Laura de Souza e Mello (1986) entende que “apesar de específico – colonial –, o novo mundo deveria muito aos elementos do imaginário europeu, sob cujo signo se constituiu” (SOUZA,1986, p.22). Por fim, a autora expõe a dualidade de que resultou a descoberta do Brasil:

Descoberto, o Brasil ocupará no imaginário europeu posição análoga à ocupada anteriormente por terras longínquas e misteriosas que, uma vez conhecidas e devassadas, se desencantaram.[...]. Prolongamento modificado do imaginário europeu, o Brasil passava também a ser prolongamento da Metrópole, conforme avançava o processo colonizatório (SOUZA,1986, p.31).

É fato que o imaginário em torno das crônicas de viagem sugere muito mais do que as lendas medievais faziam nos séculos IX e X. Relatos como **A Carta de Pero Vaz de Caminha** (1999) estabeleceram um elo entre o real e o desconhecido. A viagem de Cabral proporcionou uma descoberta além da territorial, uma vez que seus tripulantes tinham um referencial cultural de expectativas que foi rompido no contato com os nativos encontrados. Aquele que viaja espera de alguma forma se reconhecer no outro, mas essa identificação não foi efetivada no contato português – índio.

¹¹ As Dez Tribos foram exiladas durante a Era do Primeiro Templo - aproximadamente há 2500 anos, e estão separadas do restante do judaísmo. Disponível em: http://pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/652087/jewish/O-Mistrio-das-10-Tribos-Perdidas.htm. Acesso em: outubro de 2016.

¹² Atlântida (em grego, Ἀτλαντίς - "filha de Atlas") é uma lendária ilha ou continente cuja primeira menção conhecida remonta a Platão em suas obras **Timeu ou a Natureza e Crítias** ou a **Atlântida**. Nos contos de Platão, Atlântida era uma potência naval localizada "para lá das Colunas de Hércules", que conquistou muitas partes da Europa Ocidental e África 9000 anos aproximadamente 9600 a.C.. Após uma tentativa fracassada de invadir Atenas, Atlântida afundou no oceano "em um único dia e noite de infortúnio". Disponível em: <http://anelatlante.com.br/atlantida-o-continente-perdido/> Acesso em: outubro de 2016.

É, portanto, de se imaginar o espanto diante do exótico da fauna, da flora e principalmente da gente. É possível perceber no texto de Caminha que os tripulantes ansiavam encontrar criaturas semelhantes e essa desconstrução do que se esperava é traduzida nas detalhadas descrições no relato do escrivão. Nos estudos de Laura de Mello e Souza (1986), é ainda concebível compreender que, diante do real que lhe surgia aos olhos, Caminha escolhe referir-se à fé cristã, sugerindo mais uma vez seu espanto por não encontrar gente como eles – cristãos. Assim observou a historiadora:

De todos os frutos que poderia dar a terra recém-descoberta, pareceu a Caminha que o melhor seria salvar a gente indígena. 'E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar', permitia-se aconselhar, com grande naturalidade, o escrivão de Calicute (SOUZA,1986, p.32).

É justamente essa premissa que confronta o real e o imaginário, bem como ressalta a dicotomia entre o referencial que o viajante traz consigo e o novo recém-descoberto. Além disso, ela estabelece a necessidade dos fatores serem sempre questionados pelo ser humano. Souza explicita que tais aspectos nunca poderiam ser separados, visto a dependência que apresentam entre si e a sustentação de uma relação constante e contraditória: “na esfera divina, não existe Deus sem o Diabo; no mundo da natureza, não existe Paraíso Terrestre sem Inferno; entre os homens, alternam-se virtudes e pecado” (SOUZA,1986, p.29-30).

Caminha é, em sua crônica de viagem, o responsável por aproximar o real e o imaginário. Como considerou Jorge de Sá (1997), o escrivão não se limitou à objetividade que presenciava no achamento da nova terra, mas conseguiu ir além dos conceitos já previamente estabelecidos pelas verdades que transitavam pela Europa. O pesquisador discorre que o texto de Caminha:

Não se limita a descrever o objeto que tem diante de si, mas o examina, penetra-o e o recria, buscando sua essência, pois o que interessa não é o real visto em função de valores consagrados. É preciso ir mais longe, romper as conceituações, buscar exatamente aquilo que caracteriza a poesia: a imagem (SÁ,1997, p. 48).

Para Mary Del Priore (2016), as dúvidas sugeridas pelas descobertas ultramarinas englobavam o misto de preocupação e excitação: “como adentrar nesta terra desconhecida, que ultrapassava a imaginação e provocava ao mesmo tempo angústias e exaltação? [...] Afinal, o sonho e a ambição sempre tiveram parte nas

viagens ultramarinas” (DEL PRIORE, 2016, p.16). O que o tempo foi capaz de responder dessas perguntas é que o sonho do paraíso terrestre foi desfeito e a terra recém descoberta, primeiramente chamada de Terra dos Papagaios, depois Terra de Santa Cruz, tornou-se posteriormente Brasil, um país que em muito se distanciou das descrições de **A Carta de Pero Vaz de Caminha** (1999). Não seria uma terra com clima hostil aos europeus e tampouco com a fertilidade declarada por seus primeiros observadores.

Por tudo isso, faz-se perceptível que **A Carta de Caminha** configura-se como um texto que apresenta diversas crônicas em sua composição, há vários fatos narrados que não somente se referem aos nativos que estavam na terra nova, mas também mencionam a trajetória de homens portugueses e suas impressões sobre o novo território, bem como acerca do gentio. É, portanto, por esses diversos fatores que **A Carta de Pero Vaz de Caminha sobre o achamento do Brasil** sugere igual valor histórico e literário tanto para o Brasil quanto para Portugal.

4 NA CARTA, UMA(S) CRÔNICA(S)

Pero Vaz de Caminha, cuja carta escrita ao rei deste Porto Seguro, constitui, por si só, neste ponto, como em tudo mais, a crônica mais minuciosa e autêntica que possuímos deste descobrimento
Paulo Roberto Pereira

A Carta de Pero Vaz de Caminha (1999) tem uma riqueza singular por ser um texto que ultrapassou seu valor de documento, de um simples testemunho para também se validar de uma concepção literária que, por sua vez, atribui ao texto do escrivão português o conceito de Literatura de Viagem. Por sua importância histórico-literária, sobre a Carta de Caminha não faltam versões e estudos.¹³

¹³ Dentre outros estudos sobre A Carta de Caminha estão as obras: BRAGA, Rubem. **Pero Vaz de Caminha** – carta a El-Rey Dom Manuel, Sabiá: Rio de Janeiro, 1968. ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. **Coleção de Notícias para a História das Nações Ultramarinas**, a Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rey D. Manuel sobre o Descobrimento da Terra de Santa Cruz, Vulgarmente chamada Brasil, v.IV, Lisboa, 1926. VIBTERBO, Souza. **Pero Vaz de Caminha e a primeira narrativa do Descobrimento do Brasil**. Tip. Universal, Lisboa, 1902; PEREIRA, Moacir Soares. **Capitães, Naus e Caravelas da Armada de Cabral**. In Revista da Universidade de Coimbra, v. XXVII, 1979.

Em sua concepção literária, o texto de Caminha, nomeado por Carta, é repleto de episódios vivenciados pelos portugueses nos nove dias em que estiveram na nova terra, há também algumas passagens sobre os longos e aventureiros momentos em navegação. Entretanto, **A Carta de Caminha** nasce uma epístola, porque inicialmente apresenta a intenção comunicativa de informar ao rei de Portugal, oficialmente, sobre o achamento de uma nova-terra, além de pedir ao monarca que perdoasse o genro degredado do escrivão, porém, diante de tantos fatos narrados por Caminha, a Carta é concebida como uma Crônica como já mencionado anteriormente. Sobre seu estimado valor de documento e sua aceitação como crônica de viagem, o professor Paulo Roberto Pereira expõe:

Provavelmente nenhum país do mundo possui uma certidão de descobrimento que contém dia, mês, ano e até horas em que foi avistada 'a horas de véspera, houvemos vista de terra!'. Esta crônica oficial ou semioficial do nascimento do Brasil redigida em forma de diário ou reportagem sobre os fatos que iam se observando, vem motivando um volumoso número de estudos e edições, desde quando o padre Manuel Aires de Casal a publicou pela primeira vez (PEREIRA, P.R., 1999, p. 61).

As versões da Carta de Caminha mais estudadas atualmente são edições transcritas por Francisco de Varnhagen (1877)¹⁴, João Ribeiro (1910)¹⁵, Carolina Michaëlis de Vasconcellos (1923)¹⁶ e Jaime Cortesão (1943)¹⁷. Essas versões

¹⁴ VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. A Carta de Pero Vaz de Caminha. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. V. XL, parte 2ª. Rio de Janeiro, 1877.

Nasceu em São João de Ipanema (São Paulo) em 1816 e faleceu em Viena (Áustria) em 1878. É o patrono da Cadeira de número trinta e nove da Academia Brasileira de Letras. Foi tenente da artilharia portuguesa, em 1838 publicou o ensaio intitulado "Notícia do Brasil" e ajudou o historiador português Alexandre Herculano em "O Panorama". Após pesquisas sobre a época do descobrimento do Brasil, publicou o "Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa". Em 1854 editou o livro "História Geral do Brasil", sem indicar autoria, apenas afirmando que era de um sócio do Instituto Histórico Geográfico, o qual ele fazia parte. Em 1874 recebeu o título de Barão e Visconde de Porto Seguro do governo imperial. Realizou diversos livros sobre a história do Brasil ao longo de sua vida.

Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos>. Acesso em: outubro de 2016.

¹⁵ PRADO, J.F. de Almeida; SILVA, M. B. Nizza da, RIBEIRO; João. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. In: O Farbordão, 1 ed., 1910.

Esse é o primeiro trabalho de natureza filológica sobre a Carta de Caminha. Joao Ribeiro era jornalista e filólogo. Segundo ocupante da Cadeira 31, foi eleito em 8 de agosto de 1898, na sucessão de Luís Guimarães Júnior e recebido pelo Acadêmico José Veríssimo em 30 de novembro de 1898. Disponível em : <http://www.academia.org.br/academicos/joao-ribeiro>. Acesso em: outubro de 2016.

¹⁶ VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. In: História da Colonização Portuguesa no Brasil, v II. Porto, 1923.

Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos (Berlim, 15 de Março de 1851 — Porto, 22 de Outubro de 1925) foi crítica literária, escritora e lexicógrafa, tendo sido a primeira mulher a lecionar em uma universidade portuguesa, a Universidade de Coimbra. Teve igualmente grande importância como mediadora entre a cultura portuguesa e a cultura alemã.

Disponível em: <http://www.arqnet.pt/porta/biografias>. Acesso em: outubro de 2016.

¹⁷ CORTESÃO, Jaime. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Portugalia, Lisboa, 1943.

tentam respeitar a original, mas constantemente são alvos de críticas por alguns historiadores por alterarem de forma arbitrária a linguagem do texto, tornando-o um material distante do português praticado em Portugal à época de sua composição. Além de alterações linguísticas, o texto também sofreu recortes para omitir informações sobre os órgãos sexuais dos indígenas. Pereira, na sua obra **Os três únicos testemunhos do Descobrimento do Brasil** (1999), assim explica:

As edições em linguagem moderna da Carta de Caminha nem sempre têm respeitado o original. Aires de Casal ofereceu um texto censurado, *ad usum Delphini*, em que as descrições das “vergonhas” das índias são suprimidas por excessivo pudor. Estamos convencidos de que um pequeno glossário pode dar conta das passagens obscuras, para não se perderem as peculiaridades do texto e a saborosa linguagem quinhentista (PEREIRA, P.R., 1999, p.62 grifo do autor).

O texto de Caminha expõe as experiências na nova terra e oferece tanto aos leitores quanto a seus estudiosos as pistas que levariam a crer que havia intenção de chegar ao novo território, e não somente alcançar às Índias. Além disso, o manuscrito é um completo testemunho que expõe o contraste entre a ideia fantasiosa que se tinha da nova terra e a realidade experimentada e narrada pelo escrivão e pelos demais portugueses da frota. Uma das peculiaridades dessas pistas sobre o descobrimento do Brasil está no próprio nome dado ao texto. Conhecida popularmente como **A Carta de Pero Vaz de Caminha**, a obra tem seu título original de **Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil**. E omitir esse título é sonegar a valiosa informação sobre o estudo do termo ‘achamento’.

Conforme se encontra na obra organizada por Sérgio Buarque de Holanda, **História Geral da Civilização Brasileira: A época colonial. Do descobrimento à expansão territorial** (2011), diversos estudos sugerem que a linguagem da carta de Caminha aponta para a defesa da tese de que se havia intenção de encontrar a nova terra. Holanda discorre:

Embora nesse documento, a mais meticulosa dentre as fontes primárias que se conhecem acerca do descobrimento, o autor começa a transmitir expressamente a Sua Alteza a nova do achamento [...] não tem faltado quem visse na própria expressão ‘achamento’ prova decisiva de que o

encontro da nova terra não fora acidental (HOLANDA, 2011, p.50. grifo do autor).

Ainda se valendo dos estudos lexicais, a crônica de Caminha chamou a atenção de filólogos e professores que optaram por desenvolver uma análise da Carta explorando seus aspectos lexicográficos e semânticos. O estudo originou a obra **Vocabulário da Carta de Pedro Vaz de Caminha**, organizada por A.G. Cunha e baseada na pesquisa do professor Silvio Batista Pereira em 1964, sendo editada pelo Instituto Nacional do Livro e Ministério da Educação e Cultura.

Nesse material, o vocabulário da carta é examinado e considerado com minúcia. Seus pesquisadores basearam-se na versão do historiador português Jaime Cortesão. A riqueza do estudo se dá pelo fato do escrivão sugerir também algumas curiosidades, como, por exemplo, quantas vezes Caminha utilizou determinada palavra, a exemplificar o termo **nau**. Observou-se:

Caminha que se serve trinta e duas vezes da palavra *nau*, vinte e duas da palavra *batel*, oito da palavra *esquife*, sete da palavra *navio* e uma da palavra *barco*, não emprega nem uma única vez a palavra *caravela*, muito em uso em seu tempo (PEREIRA, S.B., 1964, p.XIX- XX grifo do autor).

No que tange aos aspectos semânticos, ou seja, à escolha dos vocábulos e a seus significados, concluiu-se que Caminha se fez valer do recurso da polissemia, uma vez que se utilizou das mesmas palavras com diferentes sentidos. A exemplo desse recurso, observou-se a palavra **terra** e suas diversas ocorrências na Carta. Como exemplifica a obra:

[...] pode-se dizer que o cronista da expedição de Cabral se serve, *verbi gratia*, da mesma palavra, com inúmeras acepções. Haja vista o vocábulo *terra*, que é empregado com as seguintes significações: 1) parte sólida do globo terrestre; 2) solo; 3) chão; 4) praia ; 5) continente; 6) país; 7) região; 8) domínio (PEREIRA, S.B., 1964, p. XX grifo do autor).

O texto se concentra no estudo do glossário completo da Carta de Caminha, mas não deixa de enaltecer a personagem de sua autoria, assim como de reforçar a concepção de uma narrativa que se aproxima do gênero crônica de viagem. O professor Silvio Batista Pereira (1964) enumera características textuais importantes antes de iniciar sua análise lexical, a saber:

[...] Caminha, na câmara de uma das naus, à vista da terra ou à luz de algum lampião de bordo teria escrito possivelmente a partir de 24 ou 26 de abril em diante, a modo de Diário [...] um dos únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa e referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral, ele bem merece os estudos que lhe têm sido dispensados (PEREIRA, S.B., 1964, p.XVIII).

Ao seu valor histórico- filológico e literário contempla:

Cumpra, porém, acrescentar ao seu valor histórico-filológico o valor literário e o pitoresco da narrativa, que a tornam de leitura extremamente agradável. Caminha era excelente narrador e deu-nos das terras de Porto Seguro, onde esteve cerca de dez dias, narração muito curiosa. Suas descrições vazadas numa linguagem viva e matizada, revelam o espírito de um homem perspicaz e observador (PEREIRA, S.B., 1964, p.XVIII).

São essas observações e esse entusiasmo em descrever tudo que viu e viveu que tornam a Carta de Caminha um conjunto de crônicas em suas 27 páginas. Para Silvio Batista Pereira (1964), o escrivão se faz valer de seu bom domínio da língua e de seu talento de escritor para transmitir em seu estado de excitação o que não pôde ser contido diante da vegetação, do clima e da nova gente. Dessa forma expõe:

O exuberante da vegetação, a amenidade do clima, a boa qualidade das águas, a higidez somática do indígena, esquivo e ingênuo, merecem do cronista-escrivão palavras de mal contido entusiasmo. Caminha não deforma a realidade, que retrata com mão segura e hábil. [...]. É a pena de um escritor lúcido, a redigir, com meticolosa precisão, a notícia da terra que acabam de descobrir, ou melhormente, de *achar*. [...] o texto de Caminha não oferece obscuridade. O escrivão era homem instruído. E, ademais, havia nele um sentimento inato de escritor (PEREIRA, S.B., 1964, p. XIX).

A Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil torna-se, portanto, não apenas um texto limitado a descrever coordenadas geográficas, rotas e instruções sobre a viagem. Pelo contrário, trata-se de um texto repleto de crônicas, em que seu autor, um cronista-escrivão com amplo conhecimento linguístico à sua época, empresta seu olhar sobre o desconhecido e sobre o real. Características estas que despertavam o interesse de todos os outros que desejassem saber e participar da aventura do encontro das novas terras e das novas gentes.

4.1 O UNIVERSO NARRATIVO CARREGADO NAS TINTAS

Mesmo com diversos aspectos em sua composição que fazem entender **A Carta de Caminha** como um documento de valor histórico e literário, esta presente pesquisa, nesta subseção, interessa-se pelo estudo analítico do texto do escrivão visando entendê-lo como uma crônica de viagem elaborada e estruturada com elementos narrativos.

Tendo como base a estrutura proposta pela Nova Crítica já mencionada na seção 2, o texto narrativo pode apresentar em sua composição elementos como narrador, personagem, tempo, espaço e enredo. Portanto, a teoria se propõe a estudar o texto por si só, considerando as características internas da obra. De acordo com Leodegário Azevedo Filho (1973), a teoria da Nova Crítica aplica uma abordagem mais científica e metodológica e abre mão da visão mais intuitiva e dos conceitos impressionistas do texto.

Os preceitos de Afrânio Coutinho (1978) apontam que a abordagem crítica de uma obra literária deve então se concentrar em “dissecar, separar, dissociar o todo que é a obra de arte em suas partes componentes, em seus diversos elementos”, isto é, “identificar, depois de devidamente separados e desintegrados, todos os elementos formadores dessa estrutura” (COUTINHO, 1978, p.161).

E, ainda sim, para melhor compreender estes elementos que compõem o texto narrativo, esta pesquisa retoma os conceitos dos pesquisadores Carlos Reis e Ana Cristina Lopes (2007) nos estudos do **Dicionário de narratologia** (2007).

Além dos elementos estruturais que compõem um texto narrativo, faz-se necessário rever o conceito do pesquisador Redmond (2010), o qual defende que o gênero crônica apresenta “uma singularidade insuspeitável por ser um texto que se aproxima da linguagem natural das pessoas e também dá ênfase aos fatos” (REDMOND, 2010, p. 139 - 140). É válido perceber nesta análise de **A Carta de Caminha** que o escrivão é fiel a estas duas marcas importantes do gênero: a linguagem acessível a quem lê e a observação precisa dos fatos.

Sabe-se, no entanto, que nem sempre um texto apresenta todos esses elementos bem distribuídos, alguns desses quesitos acabam por se destacarem ou se ausentarem. Entretanto, mesmo diante de um texto não ficcional, como o caso **A Carta de Caminha**, a estrutura narrativa e a lucidez de seu autor diante da realidade do achamento podem ser, de alguma forma, verificadas. Para contribuir com a

análise textual da **Carta de Caminha**, somam-se as observações do professor Silvio Castro (2015), em sua obra **A carta de Pero Vaz de Caminha o descobrimento do Brasil** (2015), e dos pesquisadores Manuel Guerreiro Viegas e Eduardo Nunes, os quais publicaram a obra **Pêro Vaz de Caminha a carta a el rei d. Manuel** (1974).

No âmbito do **narrador**, os estudiosos Ana Cristina Lopes e Carlos Reis apresentam dois importantes conceitos que podem ser observados na **Carta de Caminha**. O primeiro, entende que narrador pode ser a entidade que relata as suas próprias experiências como personagem e a segunda concepção, elenca que o narrador pode ser aquele que relata uma história à qual é estranho, pois não participou do universo da narrativa (REIS; LOPES, 2007).

O texto de Caminha oscila entre trechos dispostos na primeira e na terceira pessoas, exemplos que confirmam a presença de um narrador-personagem e de um narrador-observador. O uso da primeira forma demonstra o envolvimento de Pero Vaz de Caminha com os fatos ocorridos e a sua concepção de pertencimento e inclusão à tripulação. Já a terceira pessoa é utilizada, pois também há, no texto, alguns detalhes exclusivamente descritivos que sugerem Pero Vaz de Caminha apenas como expectador. Por sua vez, esses trechos alternam entre discursos nas terceiras pessoas do singular e do plural.

Por outro lado, é válido ressaltar que o narrador se faz presente como personagem dos fatos principalmente nos fragmentos em que se refere diretamente ao rei de Portugal, trechos estes em que busca manter um contato dialógico com o monarca e, para tanto, utiliza um foco narrativo em primeira pessoa do singular. Como exemplo dessa alternância discursiva número-pessoal, observam-se as passagens:

Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou, não **deixarei** também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como **eu** melhor puder, ainda que — para o bem contar e falar — o saiba pior que todos fazer. Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para aformosear nem afeiar, não **porei** aqui mais do que aquilo que **vi** e me pareceu. [...] nos **achamos** entre as Canárias, mais perto da Grã- Canária, e ali **andamos** todo aquele dia em calma. [...] E o Capitão-mor **mandou** em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que **ele começou** de ir para lá, **acudiram** pela praia homens. **Eram** pardos, todos nus, sem coisa alguma que **lhes** cobrisse suas vergonhas. Nas mãos **traziam** arcos com suas setas (CAMINHA, 1999, p. 1-2 grifo nosso).

Para Silvio Castro (2015), no momento em que Caminha começa sua observação sobre os nativos, a composição narrativa da carta se modifica e tanto o escrivão e quanto o rei de Portugal assumem agora nova posição no texto. Desse modo, expõe o professor:

A partir deste momento a narrativa de Caminha expressa a observação direta dos fatos. O sistema de escritura naturalmente se modifica em razão de um tal fator, porque muda o ponto de vista do observador, o *eu* de Caminha, mandante, em relação ao texto da narrativa e ao *Vós*, D. Manuel, destinatário da mesma (CASTRO, 2015, p.74).

O narrador ainda deixa transparecer um notável recurso estilístico na carta, pois se faz valer de certa ironia e de um sutil processo de humor ao comunicar-se com o rei de Portugal. Os fragmentos em que Caminha declara seu julgamento sobre os nativos, sobretudo sobre as índias, indicam o traço de personalidade do escrivão e acabam por ressaltar a ideia de que ele e o monarca tinham um trato de intimidade. A ironia e a expressão humorística de Caminha podem ser percebidas na passagem a seguir. Em notas sobre esse fragmento, Castro afirma que “Caminha comunica-se com o rei através de conveniente procedimento humorístico” (CASTRO, 2015, p.75):

E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela (CAMINHA, 1999, p.4).

Outra categoria essencial ao texto narrativo é elemento **personagem**. Este é definido pelos teóricos Lopes e Reis como: “categoria fundamental da narrativa [...] a personagem revela-se, não raro, o eixo em torno do qual gira a ação e em função do qual se organiza a narrativa” (REIS; LOPES, 2007, p. 314). Há no texto de Caminha alguns personagens que contribuem com a organização e a progressão narrativa.

Conforme pôde ser observado, Caminha é também um personagem do próprio texto, mas há ainda menções sobre os demais participantes da esquadra lusitana. São apresentados na obra os mareantes Nicolau Coelho, Afonso Ribeiro, Bartolomeu Dias, Aires Corrêa, o Frei Henrique, dentre outros tripulantes. Porém, o destaque maior de Caminha é dado aos habitantes da nova-terra.

Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho são personagens não apenas da viagem cabralina, os dois também foram heróis mencionados pelo poeta português Luiz Vaz Camões na obra **Os Lusíadas** (1572). Bartolomeu Dias já havia superado o Cabo das Tormentas e, assim, denominou-o Cabo da Boa Esperança em 1487. Já Nicolau Coelho, participara da épica expedição de Vasco da Gama às Índias em 1497. Os dois mareantes são constantemente citados na carta de Pero Vaz de Caminha, a saber:

E daqui mandou o Capitão a Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias que fossem em terra e levassem aqueles dois homens e os deixassem ir com seu arco e setas, e isto depois que fez dar a cada um sua camisa nova, sua carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que eles levaram nos braços, seus cascavéis e suas campainhas (CAMINHA, 1999, p. 4).

Sobre um desses dois homens ainda consiste uma curiosidade histórica e literária: o trágico destino do capitão Bartolomeu Dias. O capitão que havia conseguido contornar o continente africano em 1487 e chegar ao Oceano Índico, mas que, ao tentar refazer o trajeto com a expedição de Pedro Álvares Cabral, em 1500, acabou naufragando e encontrou a morte que foi, por sua vez, narrada profeticamente na epopeia camoniana no episódio do gigante Adamastor, em que determinava: “Aqui espero tomar, se não me engano, de quem me descobriu suma vingança” (CAMÕES, V, 44). Dessa forma, sugere-se que o mar buscou se vingar de Bartolomeu Dias (CASTRO, 2015).

Outro personagem que recebe atenção de Pero Vaz de Caminha em sua narrativa é o Frei Henrique de Coimbra – apesar de haver na esquadra mais oito frades franciscanos -, este ocupava o encargo de capelão e guia espiritual de um grupo de religiosos, os quais não são mencionados na Carta de Caminha. O célebre padre foi, junto aos índios, o protagonista do episódio em que o escrivão narra a primeira missa rezada na terra recém-achada (CASTRO, 2015). Acredita-se que o local escolhido para essa celebração seja hoje conhecido como Praia da Coroa Vermelha, em Porto Seguro, próximo à região nomeada Santa Cruz de Cabrália, no atual litoral sul do estado da Bahia. Sobre a vida religiosa da esquadra cabralina, sabe-se:

Frei Henrique de Coimbra guia a vida religiosa dos membros da expedição e consagra as descobertas à verdadeira fé cristã. Ele ministra a primeira missa no Brasil, diante dos olhos curiosos dos indígenas e reza pela maior

glória de Portugal, guardião da cristandade e propagador da fé nestas novas terras (CASTRO, 2015, p. 21).

Outro importante nome apresentado por Pero Vaz de Caminha em seu texto é do degredado Afonso Ribeiro, um jovem que havia sido condenado à morte, mas que partira na expedição para ser exilado. Porém, ele se tornou fonte essencial para história das Grandes Navegações nos relatos de Américo Vespúcio na expedição de 1501. Caminha narra diversas passagens sobre o degredado, já que este foi o escolhido do capitão-mor para conviver com os índios, como se observa no trecho: “e mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras” (CAMINHA, 1999, p.4). Iniciava-se, nesse momento, a tentativa da aproximação e de estudo da nova gente. Silvio Castro (2015) elenca sobre Afonso Ribeiro importantes observações:

Afonso Ribeiro traduz nesta sua experiência o medo do desconhecido, o desespero diante do cenário novo e incompreensível. Ele se salva, se faz um homem novo, se transforma numa fonte de conhecimentos do novo mundo. Mas Afonso Ribeiro é no início da aventura um jovem cheio de medo [...]. Quando a armada retoma a viagem à Índia, ele está sozinho e desesperado diante do mar. Talvez aquele moço português que um ano depois dará a Américo Vespúcio, as informações para *Mundus Novus*, fosse já um diverso Afonso Ribeiro (CASTRO, 2015, p. 21 grifo do autor).

Com Afonso Ribeiro, fica em terra com outro degredado do qual não se sabe o nome. Pero Vaz de Caminha assim explora o fato em seu texto: “Creio, Senhor, que com estes dois degredados ficam mais dois grumetes, [...] E cremos que ficarão aqui, porque de manhã, [...] fazemos daqui nossa partida” (CAMINHA, 1999, p.14). Sabe-se, no entanto, que os dois degredados retornaram a Portugal em 1501 na expedição exploradora de Américo Vespúcio (CASTRO, 2015).

Não se pode deixar de mencionar no estudo analítico da Carta de Caminha que, apesar de boa ênfase aos personagens portugueses, o texto se consolida nas descrições e nas narrativas dos episódios que envolvem os nativos da nova-terra. É válido perceber que os personagens lusitanos, mesmo os não nomeados por Caminha, têm sua participação na crônica em fragmentos individualistas, já os índios são quase sempre observados em sua coletividade, primeiramente pouco

numerosos e depois chegam a ser apresentados em grupos abundantes, como exemplo:

[...] avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, [...]. E tanto que ele começou de ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens.[...] Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles; e de aí a pouco começaram a vir mais. E parece-me que viriam, este dia, à praia quatrocentos ou quatrocentos e cinquenta (CAMINHA, 1999, p. 2-14).

Os estudos de Manuel Guerreiro Viegas e Eduardo Nunes, na obra **Pêro Vaz de Caminha a carta a el rei d. Manuel** (1974), sugerem que a preocupação do escrivão em detalhar a quantidade de índios que os cercavam seria pertinente à personalidade de um homem que trabalhava com as ciências exatas. Assim explicitam: “repare-se no cuidado de pormenor, aqui numérico, como é de se esperar de um funcionário da fazenda como Pêro Vaz” (GUERREIRO; NUNES, 1974, p.70).

Para Silvio Castro “a presença dos indígenas é, como se dizia, quase sempre coral” (CASTRO, 2015, p.22), mas é preciso perceber que, mesmo diante da coletividade dos nativos, na trama narrativa de Caminha, alguns trechos sugerem um cuidado individual do indígena. Alguns momentos dão destaque ao trato de unicidade dos nativos, como, por exemplo, o caso do índio que recebe de forma afetuosa o degredado mandado solitário a terra e do ancião indígena que observava o ritual religioso cristão e adere à solenidade, conforme sugerem os trechos da carta:

Entretanto foi-se o degredado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e o levou até lá. [...] Um deles, homem de cinquenta ou cinquenta e cinco anos, continuou ali com aqueles que ficaram. Esse, estando nós assim, ajuntava estes, que ali ficaram, e ainda chamava outros. E andando assim entre eles falando, lhes acenou com o dedo para o altar e depois apontou o dedo para o Céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem (CAMINHA, 1999, p. 4 -13).

Sendo composta por personagens lusitanos ou indígenas, o fascinante da crônica está no aproveitamento dos momentos de interação entre portugueses e índios. Entre esses episódios, consta uma passagem cômica na opinião do próprio Caminha. Trata-se do momento em que o Capitão-mor tenta obter de um velho índio uma pedra que este possuía:

Trazia este velho o beijo tão furado, que lhe caberia pelo furo um grande dedo polegar, e metida nele uma pedra verde, ruim, que cerrava por fora esse buraco. O capitão lhe fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com

ela direto ao capitão, para Iha meter na boca. Estivemos sobre isso rindo um pouco; e então o capitão enfadou-se e deixou-o (CAMINHA, 1999, p. 7).

Faz-se necessário saber que não há na carta um exemplo de discurso direto entre os personagens, ou seja, não há a transcrição fiel de uma conversa, desse modo, todas as manifestações e tentativas de diálogos são repassadas pelo escrivão como um discurso indireto. Entretanto, a passagem mencionada, em que o personagem indígena oferece uma pedra verde ornamental a Pedro Álvares Cabral, pode ser entendida como um exemplo convincente de uma tentativa de diálogo entre dois protagonistas da narrativa (CASTRO, 2015).

A respeito da estrutura narrativa e do elemento **personagem**, o escrivão se prende a descrições detalhadas dos homens e das mulheres que eles encontraram na nova terra. Ainda sobre os nativos, Caminha não se isenta de certo juízo moral e da observação das atribuições físicas do gentio. A narração fica a cargo dos momentos em que portugueses e índios interagem, como a chegada à praia, a noite em que dois índios dormem na nau portuguesa, a missa rezada por Frei Henrique. Portanto, é possível afirmar que o texto de Caminha se fundamenta ao redor da primorosa trama das relações humanas (CASTRO, 2015).

A respeito do elemento **tempo**, os pesquisadores Lopes e Reis (2007) expõem que, em um primeiro momento, ele se refere ao tempo matemático, ou seja, à cronologia dos eventos a serem datados com maior ou menor rigor. Entretanto, também ressaltam que o tempo também pode ter valor semiótico, explorando condições temporais e da vivência do tempo (REIS; LOPES, 2007). As duas vertentes apresentadas podem ser contempladas em **A Carta de Caminha**.

Em relação ao **tempo** da narrativa, é possível compreender que se trata de um recurso precisamente cronológico, já que é também forte indício em uma crônica, e a orientação temporal do texto de Caminha é semelhante ao tempo descrito em diários, uma vez que o escrivão relatava os acontecimentos julgados relevantes de todos os dias da expedição, desde a partida em 9 de março de 1500 até o envio da Carta ao Rei dom Manuel em 1º de maio de 1500. É válido frisar que Caminha não começou a escrever a carta assim que a esquadra partiu de Portugal, a data oscila entre 24 e 26 de abril de 1500 e, ao iniciar seu relato, o escrivão retoma acontecimentos da viagem e descreve minuciosamente o momento em que a nova terra fora avistada (PEREIRA, S.B., 1964).

Em conformidade ao que se espera de uma crônica de viagem, o escrivão marca precisamente a passagem do tempo com riqueza de informações, como se observa nas passagens seguintes: “Segunda-feira, 9 de março. Sábado, 14 do dito mês, entre oito e nove horas, nos achamos entre as Canárias.”; “terça-feira, oitavas de páscoa, que foram 21 dias de abril” (CAMINHA, 1999, p. 1). Seu relato também oferece ao leitor a orientação de qual momento do dia os fatos narrados ocorreram, através do uso de advérbios e locuções adverbiais temporais. Há, portanto, sinalizações que definem se as ações se desenvolviam pela manhã, pela tarde ou à noite. Como indica o trecho:

Trouxe-os logo, já de **noite**, ao Capitão, em cuja nau foram recebidos com muito prazer e festa.[...] À **tarde** saiu o Capitão-mor em seu batel com todos nós outros e com os outros capitães das naus em seus batéis a folgar pela baía [...].À quinta-feira, derradeiro de abril, comemos logo, quase pela **manhã**, e fomos em terra por mais lenha e água (CAMINHA, 1999, p 3-11 grifo nosso).

Por sua vez, além da cronologia dos fatos, é possível perceber a vivência desse tempo na narrativa. É o que se observa com a expressão mais categórica acerca do tempo e também a mais comentada entre os diversos estudiosos da carta, trata-se do termo **horas de vésperas** citada por Caminha no instante em que se consolida o achamento da nova terra. “Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra!” (CAMINHA, 1999, p.1). A famosa terminologia aplicada à frase indica não somente a hora em que os portugueses chegaram ao território, mas também dá a entender a importância deste momento do dia por referir-se a um período destinado a orações da tarde.

Manuel Guerreiro Viegas e Eduardo Nunes explicam: “As horas de véspera, à tarde entre 15h e o sol posto eram horas canônicas em que os clérigos rezavam as orações da tarde” (GUERREIRO; NUNES, 1974 p.33). Silvio Castro apresenta análise mais detalhada se fazendo valer das notas de Jaime Cortesão na obra **A Carta de Pero Vaz de Caminha** (1967) e explica do que se tratava a hora canônica e as suas sete divisões, a saber:

Hora de véspera, uma das sete partes em se dividiam as Horas canônicas, pois o ofício de cada dia nas Ordens religiosas compunha-se das seguintes orações vocais, matinas, laudes, prima, terça, sexta, *noa*, véspera e completa. [...]. As horas de véspera eram as horas da tarde que seguiam a noa (nona) e como estavam em relação com a marcha do Sol e a luz do dia, Pero Vaz de Caminha devia referir-se ao espaço de tempo que se medeia

entre as quinze horas e o pôr do sol (CORTESÃO,1967 apud CASTRO, 2015, p.71).

Outro fator que também corresponde ao tempo da narrativa diz respeito às nomeações dadas à nova terra. Em seu texto, do momento da chegada ao término de seu relato - ao assinar e datar a carta -, o território já havia sido contemplado por Monte Pascoal, Terra de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e, por fim, Ilha de Vera Cruz. Castro evidencia que esses nomes apontam curiosa contradição do capitão-mor da esquadra, a verificar:

Naturalmente, as decisões de denominar a nova topografia e sobretudo de dar nome à terra descoberta fazem parte de um momento posterior ao tempo narrativo do texto de Caminha. Curiosa é imediata contradição referente ao nome dado por Pedro Álvares Cabral ao novo país (CASTRO, 2015, p.72).

Sobre o conceito do elemento **espaço**, Lopes e Reis (2007) definem:

O espaço constitui uma das mais importantes categorias da narrativa [...] o espaço integra em primeira instância, os componentes físicos que servem de cenário ao desenrolar da ação e em segunda instância, o conceito de espaço pode ser entendido em sentido translativo, abrangendo então tanto as atmosferas sociais como até psicológicas (REIS; LOPES, 2007, p. 135).

Com relação à noção **espaço e ambiente** da narrativa, os aspectos físicos e a atmosfera psicológica podem ser notados no texto de Caminha. É perceptível certo fascínio por parte de Pero Vaz de Caminha ao mencionar o ambiente em que se encontravam. São passagens do texto, mais uma vez, com acentuado foco descritivo, entretanto, mesmo com o cuidado de relatar o clima, a flora e a fauna, o escrivão demonstra maior surpresa e riqueza descritiva ao detalhar o espaço em que viviam os índios. Não podem ser desconsideradas também as menções às naus da tripulação, que, por sua vez, também se configuram como espaço para o desenvolvimento da narração.

A respeito das embarcações, é possível verificar que Caminha sugere o ambiente como lugar de convívio e de certa segurança aos portugueses. É dentro desses navios que os portugueses comem, dormem e, de certa forma, sempre retornam após percorrerem as terras. Há exemplos de que o capitão orientava o regresso ao navio quando já se fazia tarde, confirmando assim que as naus asseguravam a proteção da tripulação, desse modo, observa-se:

Saíram três ou quatro homens nossos dos batéis, e encheram não sei quantos barris de água que nós levávamos e tornamo-nos às naus. [...]. E alguns marinheiros, que ali andavam com um chinchorro, pescaram peixe miúdo, não muito. Então volvemo-nos às naus, já bem de noite. [...] e viemo-nos às naus, a comer, tangendo gaitas e trombetas [...]. E assim nos tornamos às naus, já quase noite, a dormir (CAMINHA, 1999, p.5-14).

Ainda sobre as embarcações, é também mencionada a não familiarização dos nativos com os navios no episódio em que dois índios passam a noite com a tripulação e dormem em camas com lençóis. Assim se narra o primeiro momento dos índios nas caravelas: “[...] nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém” (CAMINHA, 1999, p.3).

Além de perceber o estranhamento dos nativos diante das embarcações, é também nessa observação do ambiente que Caminha comete um primeiro equívoco a respeito das interações dos nativos com alguém que representasse a figura de um chefe. Como os nativos não reconheciam o Capitão-mor como Seu Senhor, o escrivão supõe que os índios não tinham uma hierarquia a ser seguida. Assim, verifica-se: “o Capitão fez tornar a todos, vieram a ele alguns daqueles, não porque o conhecessem por Senhor, pois me parece que não entendem, nem tomavam disso conhecimento” (CAMINHA, 1999, p. 7).

Guerreiro e Nunes explicam que essa seria uma falsa suposição de que os selvagens viviam sem chefia, mas o que Caminha não considerou é que “não há sociedade sem governo, por simples que seja” (GUERREIRO; NUNES, 1974 p.55). Entretanto, a observação de uma organização governamental dos indígenas só seria descrita por Pêro Gândavo em seu Tratado Descritivo sobre o Brasil em 1587 (GUERREIRO; NUNES, 1974).

Ainda se faz necessário frisar que, acerca do espaço dos indígenas, em um primeiro momento, Caminha estranha o fato de os nativos não terem casas como havia em Portugal e até sugere sentir um incômodo ao imaginar que todos aqueles homens aglomeravam-se em um mesmo espaço para dormirem. No entanto, mais adiante, o escrivão descobre seu engano e percebe que os índios possuíam certa organização espacial. Como se verifica no trecho:

Isto me faz presumir que não têm casas nem moradas a que se acolham, e o ar, a que se criam, os faz tais. Nem nós ainda até agora vimos nenhuma

casa ou maneira delas. [...]E, segundo eles diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitânia. Eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoada altura; todas duma só peça, sem nenhum repartimento, tinham dentro muitos esteios; e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos, alta, em que dormiam. Debaixo, para se aquecerem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma num cabo, e outra no outro. Diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas (CAMINHA, 1999, p.9).

Não foi apenas o fato de ter presumido que os índios não possuíam casas que chama atenção nessa análise. Caminha sugere que esses homens viviam em liberdade como animais silvestres e, por isso, apresentavam características tão distintas dos europeus. Além disso, o fato deles viverem em constante liberdade e em contato com a natureza, fez com que o escrivão, tivesse a falsa ideia de que esses nativos não tinham entre eles uma estrutura civilizatória a ser obedecida. A respeito dessa ideia consta o trecho:

[...] do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. Porém e com tudo isso andam muito bem curados e muito limpos. E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas, porque os corpos seus são tão limpos, tão gordos e tão formosos (CAMINHA, 1999, p. 8).

Em nota sobre esse fragmento, Manuel Guerreiro Viegas e Eduardo Nunes (1974) expõem algumas observações que auxiliam a compreender a interpretação de Caminha diante dessa possível composição de civilização dos nativos. Apesar de gente bestial e de pouco saber serem sinônimos para gente por civilizar e ignorante, não se pode dizer que Caminha não enxergasse os índios como gente humana e educável (GUERREIRO; NUNES, 1974). Nesse sentido, explicam os pesquisadores:

O autor imaginava que viviam ao ar livre e sem casas, adiante vê que não. Exprime a ideia de que o homem, vivendo segundo as leis da natureza, sem as comodidades da civilização, tem mais saúde e é fisicamente mais belo. Aproxima-nos do conceito de que a civilização corrompe o homem, do mito do bom selvagem (GUERREIRO; NUNES, 1974, p.60).

Para Silvio Castro (2015), a passagem descritiva sobre os nativos em comunhão com a natureza e sobre a vida destes como animais silvestres é mais uma vez um “exemplo da capacidade literária de Caminha no traduzir as próprias emoções” (CASTRO, 2015, p.79). Castro compreende que esse recurso do escrivão contribui para o significado artístico das frases, e também se insere na retomada e

exaltação do mito do “ar bom”, que colaborou para compreensão do “paraíso terrestre recuperado” (CASTRO, 2015).

Convém também ressaltar que o ambiente da narrativa contempla todo novo território encontrado com sua fauna, vegetação e clima. Nas descrições desses quesitos, Caminha não omite detalhes em sua crônica e tenta ser o mais realista possível, uma vez que estava ciente de sua missão de transpor de forma coerente os fatos observados. Apesar de suas observações fiéis aos acontecimentos, Caminha não escapou de cometer julgamentos equivocados sobre a nova terra, sobretudo nas descrições sobre o clima, o qual comparou com as terras lusitanas, a verificar: “Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá” (CAMINHA, 1999, p. 14).

Ainda sobre a descrição das áreas naturais, Caminha se encanta com a abundância de plantas e também com a diversidade da fauna, em especial das aves, como segue exemplo: “Ali ficamos um pedaço, bebendo e folgando, entre esse arvoredo, que é tanto, tamanho, tão basto e de tantas prumagens, que homens as não podem contar” (CAMINHA, 1999, p.12) e “Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios por essas árvores, deles verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece que haverá muitos nesta terra” (CAMINHA, 1999, p. 10).

Ao mencionar os animais que encontraram em nova terra, é importante ressaltar que, mesmo diante de espécies diferentes - sobre as quais também comete equívoco ao descrevê-las, como acontece ao mencionar papagaios vermelhos, que provavelmente eram araras -, Caminha não deixa de prestar seu relato objetivo sem fantasiar o que vê, diferentemente da carta do Piloto Anônimo, que sugere uma fauna distante da realidade observada e até mesmo um pouco fantasiosa e mitológica (CASTRO, 2015). Nota-se no trecho:

[...] vimos um peixe que pegaram, que podia ser grande como um tonel, porém mais longo e redondo e tinha a cabeça como a de um porco [...] e tinha as orelhas grandes; debaixo o corpo tinha buracos e o rabo era do comprimento de um braço (RAMÚSIO, 1978 *apud* CASTRO, 2015, p.79).

Pero Vaz de Caminha faz ainda outra observação que veio a ser contestada posteriormente, dessa vez ao se referir aos alimentos encontrados no novo território.

O escrivão acerta ao mencionar que não havia animais de grande porte como bois e vacas na nova terra, mas se engana ao nomear o alimento comum dos índios por inhame, planta que naquela época era conhecida em Portugal, mas só foi introduzida no Brasil anos depois. O trecho que explora a alimentação dos nativos ainda expõe que os índios não tinham hábito de atividades agrícolas e só se alimentavam daquilo que era retirado dos arvoredos. A saber:

Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam (CAMINHA, 1999, p.12).

Sobre essa observação, Guerreiro e Nunes (1974) afirmam que existem outros julgamentos sobre essa planta de raiz comestível. Alguns acreditam que se tratava do cará do Brasil, mas, devido ao fato dos portugueses conhecerem o inhame da África Ocidental e à semelhança com o cará, Caminha teria sido conduzido a essa equivocada identificação. Por outro lado, há, ainda, aqueles estudos, como os de Luís Câmara Cascudo, antropólogo e historiador, que defendem a possibilidade de se tratar da mandioca, planta tradicional do território brasileiro (GUERREIRO; NUNES, 1974).

De certo que, com juízos corretos ou inadequados, Caminha retratou o espaço da nova terra de forma fiel. Ademais, pode-se concluir que todos os espaços mencionados por Caminha traduzem fielmente a impressão de estranhamento que a tripulação portuguesa sentiu diante das descobertas realizadas. Estas observações do ambiente acabam também por expressar a recepção dos nativos para com os recém-chegados homens europeus. Portanto, a carta acaba sendo um registro não somente das observações portuguesas, mas também das impressões dos nativos em relação aos mesmos portugueses.

Enredo, segundo Lopes e Reis (2007), pode ser definido como a apresentação dos eventos que traduzem “digressões que se ligam à progressão ordenada da história” (REIS; LOPES, 2007, p. 205). Ao se verificar o **enredo** no texto do escrivão, nota-se que o manuscrito de Caminha apresenta uma progressão narrativa que não pode desconsiderar o envolvimento do escrivão com os fatos ocorridos durante a expedição portuguesa. Sua intenção, como já mencionado anteriormente, era apenas uma descrição dos acontecimentos sem “afear nem

aformosear”, segundo o próprio Caminha buscou afirmar ao Rei de Portugal. Entretanto, no decorrer da narrativa, o narrador-personagem deixa suas impressões se sobreporem às descrições.

A narração de Caminha é gradativamente construída de acordo com a aproximação entre portugueses e índios. A situação inicial do texto consiste nos primeiros contatos entre os dois povos distintos. Percebe-se que, no início, a comunicação é dificultada, mas no decorrer do texto é possível notar já alguma forma de contato, como no fragmento: “Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém, um deles pôs o olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como se nos dizendo que ali havia ouro” (CAMINHA, 1999, p. 2).

Nesse fragmento e também em demais trechos em que Caminha cita o termo ouro, é válido observar que o escrivão retorna ao mito do ouro, mas não se perde de seu foco como cronista que se interessa por tudo a sua volta e, portanto, não há destaque para riquezas materiais e pedras preciosas que poderiam existir na terra recém-encontrada (CASTRO, 2015).

Muitos fatos descritos por Caminha confirmam a sensação de estranhamento que ambos os povos sentiam diante das novas experiências. Os portugueses não estavam familiarizados com a falta de vestimentas dos índios, já os nativos desconheciam até mesmo animais que foram trazidos pela tripulação. No entanto, o que talvez mais tenha chamado atenção aos olhos do escrivão tenha sido a falta de convicção cristã dessa nova gente. Em diversos momentos da Carta, Caminha se surpreende com a ideia de os índios não serem cristãos: “Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendessem e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo me parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença” (CAMINHA, 1999, p. 12).

Diante dessa observação, Caminha traduz a principal diferença entre os dois povos, mas, ao longo de sua carta, com a possibilidade de uma futura catequese dos nativos, essa diferença começa a diminuir. O escrivão sugere ao rei que envie pessoas que aprendam a língua nativa e que, assim, consigam convertê-los. Curioso é que esta sugestão seria seguida pelos jesuítas. Dessa forma, estabelece nesse episódio uma ideia profética de que o rei D. Manuel seria o escolhido para cristianizar e salvar aqueles seres. Até o fim da narrativa, a diferença entre

portugueses e índios tem a tendência a desaparecer com a aproximação entre os povos (GUERREIRO; NUNES, 1974).

Outro equívoco de Caminha, apontado por Guerrero e Nunes, foi acreditar “na existência de uma humanidade naturalmente boa, sem religião e sem governo” (GUERREIRO; NUNES, 1974, p.73). Mas, esse erro se justifica porque os portugueses também acreditaram que aquela era uma missão a qual estava predestinada ao rei de Portugal. Como descreve no trecho: “E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa” (CAMINHA, 1999, p.12). Guerreiro e Nunes (1974) explicam sobre as ideias do escrivão ao observar gente de bons corpos e bom espírito:

Criaturas de Deus, de bons corpos e bom espírito, ainda sem religião e educáveis no bem ou no mal. Seria fácil trazê-las de sua vida natural à virtude consciente do Cristianismo, para sua eterna salvação. E parecia que Deus para isso teria fadado os Portugueses, conduzido pela mão de seu rei (GUERREIRO; NUNES, 1974, p.73).

Ao longo do texto da carta, desenvolvem-se pequenos conflitos que, mais uma vez, associam-se à tentativa de aproximação entre portugueses e índios. O capitão, por muitas vezes, segue pelo território indígena, ordena que homens da tripulação andem com os índios e, até mesmo, manda dois de seus homens dormirem juntos aos nativos para “conhecerem suas maneiras”. Este último episódio configura situação muito interessante, pois, mesmo sendo receptivos aos europeus, os índios não permitiam que os portugueses dormissem na tribo, mesmo com a insistência do capitão.

São ainda narradas por Caminha as celebrações religiosas, como a missa em terra rezada por Frei Henrique. O escrivão dispõe de relatos significativos que mostram mais uma vez a recepção dos índios, os quais não tinham consciência do que estava acontecendo e tampouco do propósito daquela manifestação. Entretanto, puseram-se a imitar os portugueses e, até mesmo, a contemplar, com estranhamento ou curiosidade, a Cruz que estes trouxeram da embarcação. Como se verifica no trecho:

Ali estiveram conosco a obra de cinquenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós. E quando veio o Evangelho, que nos

erguemos todos de pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco e alçaram as mãos (CAMINHA, 1999, p. 13).

Outra parte relevante da narração configura-se nos trechos em que o escrivão se vê diante dos índios sem cobrir suas genitálias, sobretudo pela instigante observação que faz sobre as mulheres indígenas. Ao se manifestar sobre os homens indígenas, Caminha descreve: “Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” (CAMINHA, 1999, p. 2), mas, sobre as índias, Caminha não deixa escapar seu julgamento ao compará-las às mulheres europeias:

Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. [...] E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela (CAMINHA, 1999, p. 4-5).

Segundo Guerreiro e Nunes (1974), as índias brasileiras não foram exclusividade do texto de Caminha que foi, de certo, o primeiro a descrevê-las. É notório o apreço do escrivão pela beleza da jovem índia, mas Pêro Lopes de Sousa apresenta semelhante encanto trinta anos depois em seu diário sobre a expedição de 1530 e Jean de Léry, na obra **Viagem à Terra do Brasil**, em 1565, também dedica uma passagem acerca da nudez e da formosura das mulheres indígenas (GUERREIRO; NUNES, 1974).

Dentre muitas observações de Pero Vaz de Caminha, uma não pode ser desprezada. O escrivão, por várias vezes, afirma que os índios já estavam mais confiantes e seguros com a presença dos portugueses, entretanto os europeus ainda eram mais resistentes e temerosos diante dos nativos. Em exemplo disso Caminha relata. “Estavam na praia, quando chegamos, obra de sessenta ou setenta sem arcos e sem nada. Tanto que chegamos, vieram logo para nós, sem se esquivarem” (CAMINHA, 1999, p. 10). Nesse fragmento, o escrivão faz questão de frisar que os índios já não andavam armados perto dos portugueses. Já nos últimos dias de expedição, Caminha comenta:

[...] andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles. [...] dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som dum

tamboril dos nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus (CAMINHA, 1999, p. 12).

Mesmo com os dias transcorrendo em calma, Caminha sugere na narrativa uma tensão evidente no fragmento em que a tripulação se vê diante de um dilema: enviar ou não um índio ao rei de Portugal. Os relatos do escrivão afirmam que portugueses chegam a planejar enviar dois índios na embarcação de alimentos que retornaria à Europa. Mas, por fim, concordaram que não “era necessário tomar por força homens” (CAMINHA, 1999, p. 6) e assim ficou determinado que dois degredados portugueses ficariam na nova-terra. A decisão da tripulação foi assim anunciada na carta: “E que, portanto, não cuidassem de aqui tomar ninguém por força nem de fazer escândalo, para de todo mais os amansar e apacificar, senão somente deixar aqui os dois degredados, quando daqui partíssemos” (CAMINHA, 1999, p. 6).

O estudo da **Carta de Pero Vaz de Caminha** (1999) não pode desconsiderar as passagens que suscitam a visão de mundo que se configurava no fim do século XV e a imaginação que surgia junto ao Novo Mundo. Para explorar essas importantes características da obra, Silvio Castro (2015), em seu estudo sobre a carta, exemplifica o trecho: “Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem” (CAMINHA, 1999, p.14). Para o pesquisador, nesse trecho, Caminha recupera o “mito do novo mundo, a terra de “lá”, em oposição àquela “daqui” do homem que sonha novos espaços e tempos diversos e também faz alusão ao paraíso terrestre recuperado” (CASTRO, 2015, p.84).

Com o propósito de estudar a Carta de Caminha como uma crônica de viagem, apresentando um olhar atento às características deste gênero e o cuidado de explorar os elementos narrativos de um texto, foi possível perceber que muito se tem a observar nas estruturas que compõem a Carta de Caminha. O relato - que também é carta e que, por sua vez, também é documento, assim como diversos outros textos literários por acaso - muito tem a acrescentar no estudo e na pesquisa em Literatura.

4.2 LITERATURA, VIAGEM E VISÃO DE MUNDO

A Carta de Pero Vaz de Caminha (1999) tem destaque na formação da literatura brasileira. Entretanto, o que ainda sugere dúvida e contempla o texto de Caminha e seu contexto de produção é a sua intenção. Se, para alguns, a Carta fora escrita como pretexto para pedir ao rei de Portugal que perdoasse o genro degredado do escrivão, para outros, Caminha fez valer a ideia de que era necessário suprir a curiosidade dos europeus em relação ao imaginário da época.

Guillermo Giucci, no artigo **Velhos e Novos Mundos: da conquista da América ao domínio do espaço cósmico** (1991), refere-se aos viajantes do Velho Mundo como aqueles que não foram apenas cronistas, mas também descobridores do Novo Mundo e, portanto, no Renascimento formou-se uma “santa trindade de descobridores - cronistas, composta por Cristóvão Colombo, Pero Vaz de Caminha e Américo Vespúcio” (GIUCCI, 1991, p.3).

Dessa forma, **A Carta de Caminha** ocupa um seleto grupo de documentos acerca das viagens marítimas do século XV e XVI, documentos estes que oscilavam em transpor o real e o imaginário. Dentre esses documentos importantes, constam os relatos da descoberta da América que foram publicados no Brasil com o título **Diário da Descoberta da América: as quatro viagens e o testamento** (1998) de Cristóvão Colombo. Nesses documentos, tanto nos relatos de Colombo quanto nos textos portugueses, o fantasioso deixava de ser primordial e o real surgia das observações diretas dos mareantes europeus. Giucci denomina essas crônicas como “aventuras real-maravilhosas” (GIUCCI, 1991, p. 4).

No prefácio de uma das edições do **Diário de Colombo**, o professor Sérgio Buarque de Holanda contribui com observações que auxiliam a compreender a visão de mundo que norteava as viagens e traçava o desenho desse imaginário europeu à época das Grandes Navegações, a saber:

Para numerosos viajantes, o cenário americano estava repleto de misteriosas e inegáveis possibilidades. Ali, o milagre parecia novamente incorporado à natureza: uma natureza ainda cheia de graça matinal, em perfeita harmonia e correspondência com o Criador. O próprio Colombo, sem dissuadir-se de que atingira pelo Ocidente as partes do Oriente, julgou-se em outro mundo ao avistar as costas verdejantes da América, onde tudo lhe dizia estar a caminho do verdadeiro Paraíso Terreal. As mesmas imagens bíblicas, reafirmadas pelos cosmógrafos mais acreditados da época, acharia Colombo em seu desembarque nas Antilhas: terras de fertilidade inaudita, árvores de copas altíssimas, fragrantas e carregadas de

frutas, a eterna primavera musicada pela alegria dos cantares de pássaros de mil cores (HOLANDA, 1998, não paginado).

Ainda para Giucci, as crônicas de viagem eram o resultado de uma motivação notória dos europeus e as descobertas do Novo Mundo foram também consequências esperadas do expansionismo marítimo. Entretanto, desejosos, motivados e certos do que viriam a encontrar, os europeus ainda contavam com a vontade de decifrar os mistérios que surgiam das aventuras das Grandes Navegações. Assim, apresenta Giucci:

Descobrir um outro mundo desabitado, que se encontraria seguindo o Sol, é a motivação explícita do navegante medieval; escalar a montanha mais alta da região, para observar do seu cume a beleza da natureza, é a razão declarada do alpinista. Mas nem o conhecimento nem o esteticismo se movem no plano restrito do desejo. Pretender decifrar os enigmas do planeta transforma-se em posse no contexto do expansionismo europeu (GIUCCI, 1991, p.3).

Em comunhão com as ideias de que as crônicas de viagem tinham intenção de sanar algumas dúvidas sobre as aventuras dos descobrimentos, as pesquisadoras Ivonete da Silva Souza e Ana Maria Sabino, na obra **Relatos de viajantes** - um olhar sobre o “outro” (1999), reafirmam que os textos dos viajantes despertavam curiosidade do leitor, já que os relatos respondiam às dúvidas e às angústias de povos europeus. Assim, expõem as autoras:

Some-se ao fato de esses relatos, por apresentarem ‘elementos fruto da imaginação do autor’, muitas vezes um aventureiro, conterem elementos surpreendentes que prendem a atenção do leitor. Não é à toa que esses textos pertencem a um ‘gênero que fez muito sucesso no século XVI em Portugal e na Espanha, principalmente, satisfazendo a curiosidade dos europeus sobre as conquistas levadas a efeito por portugueses e espanhóis, sobretudo nas Índias, na Ásia e na América’ (SABINO; SOUZA, 1999, p.76).

Para a historiadora Mary Lucy Murray Del Priore, no artigo **Retrato da América quando jovem**: imagens e representações sobre o Novo Continente entre os séculos XVI e XVIII (1992), a visão de mundo ao momento das descobertas revelou-se própria e particular. Del Priore assim expõe: “Desde o achamento da América, cada século exprimiu-se na percepção do Novo Continente através de uma visão de mundo que 'lhe era própria e específica” (DEL PRIORE, 1992, p.3). Além

disso, neste mesmo estudo, a professora apresenta um retrato de como era a América na concepção do Velho Continente:

A América, como os outros continentes, surge personificada como uma mulher vestida de atributos e acompanhada de animais característicos do Novo Mundo. Assim, com variantes de detalhes que se revezam desde o século XVI, ela emerge num "décor" de árvores tropicais, paramentada com uma coroa, um cinto e um bracelete de penas. A seus pés jaz um tesouro, guardado por um jacaré, uma tartaruga, um tatu e papagaios. Suas armas são um arco, aljava e flechas. A noção de exotismo domina a representação da América (DEL PRIORE, 1992, p. 6).

Essa personificação dos continentes que formavam o Novo Mundo exprime mais uma vez o conflito diante do estranho que foi encontrado nas novas terras. A América foi concebida como um lugar exótico e que despertou interesse não apenas material e econômico, mas provocou também um incômodo no Velho Mundo em sua concepção de identidade e reconhecimento diante do Outro, aquele que não se sabia ao certo o que tinha a oferecer. Para Priore, essas imagens formadas da América também suscitavam o embate entre subjetivismo e objetivismo das descobertas. A saber:

Esta sucessão de significantes na alegoria sobre a América testemunha a lenta digestão intelectual do traumatismo que foi para os europeus a descoberta do Novo Mundo. Esta estranheza diante da distante diversidade, longe de favorecer o desabrochar de um olhar objetivo, revelou-se para a cristandade como o mais íntimo dos espelhos: aquele dos seus próprios desejos individuais e de seus sonhos coletivos (DEL PRIORE, 1992, p.10).

No artigo anteriormente citado das professoras Ivonete da Silva Souza e Ana Maria Sabino, há também destaque para esse conflito diante do Outro. As autoras ressaltam que as expectativas das viagens eram também compostas de um possível reconhecimento de si na imagem do outro, que até então era um ser desconhecido, mas que era também um caminho aberto para possibilidades. Sendo assim, as crônicas de viagem seriam "Esses textos que correspondiam às expectativas, se levarmos em conta que a percepção de cada um, individualmente, elabora-se com maior precisão graças ao Outro, que se coloca como limite e possibilidade" (SABINO; SOUZA, 1999, p.76).

Tzvetan Todorov, na obra **A conquista da América** a questão do outro (1999), expõe que é possível "descobrir os outros em si mesmo" e ainda ressalta a possibilidade desse outro configurar-se como um ser de "um grupo social do qual os

demais não se pertencem” (TODOROV, 1999, p.3). É, portanto, nas questões dos descobrimentos originados pelas navegações que se vê um ‘outro’ como seres que em quase tudo são semelhantes aos colonizadores, mas, por apresentarem outros costumes e outra língua, são também pouco reconhecidos como seres de uma mesma espécie.

Para Todorov (1999), as conquistas territoriais nas Américas não causaram tão radical sentimento de estranhamento, uma vez que os europeus já haviam adquirido seus conhecimentos e experiências com os povos da África, da Índia e da China e isso explica que acerca dos índios descobertos na América se sobrepuseram as expectativas que os europeus tinham sobre as demais populações distantes. Entretanto, o encontro com as populações do Novo Continente foi intenso. Assim, esse marco é essencial para se pensar na identidade dos povos que surgiram após 1492, com a chegada de Colombo ao novo continente (TODOROV, 1999).

Logo, não se pode considerar a chegada ao Novo Mundo com apenas exemplos de descobertas territoriais, há nesses episódios marítimos outras descobertas implícitas. Foi o contato com o novo território, com as novas paisagens e com as novas gentes que promoveu um reconhecimento do homem e do que significava ‘estar-no-mundo’. As concepções que os homens carregavam sobre si mudaram ao se reconhecerem diante do outro e do novo. Todorov assim elenca a importância desses eventos para a humanidade: “os homens descobriram a totalidade de que fazem parte. Até então, formavam uma parte sem todo” (TODOROV, 1999, p.8).

Sendo assim, documentos como o diário de Colombo e a Carta de Pero Vaz de Caminha se consolidam como amostras dessas aventuras que foram muito mais do que conquistas de um novo território. Esses textos tiveram o papel importante de transmitir a visão de mundo que deixaria de existir e também a visão de um mundo novo que surgia ao fim do século XV e início do século XVI. Portanto, foram esses textos responsáveis por contribuir para com a história e a literatura, permitindo traçar o perfil do homem que assim nasceu com as viagens marítimas.

CONCLUSÃO

Confirmou-se nesta pesquisa que **A Carta de Pero Vaz de Caminha** (1999) não pode ser rotulada apenas como um gênero epistolar. Além da dualidade entre os gêneros Carta e Crônica, o texto de Caminha se faz valer de outras importantes características. Trata-se do documento que registra o achamento de uma nova terra e, dessa forma, é entendido como a certidão de nascimento de um território, entretanto, além de fonte histórica, é também um essencial texto literário que retrata o momento das Grandes Navegações.

Foi possível, portanto, perceber, que não há espaço para se duvidar do valor documental da Carta, tampouco de seu valor literário. É o texto composto por relatos que transmitem sensações, impressões e despertam no leitor a curiosidade e admiração pelas aventuras marítimas, ademais o texto ainda proporciona o reconhecimento do desconhecido, ou seja, o novo que surgia aos olhos dos portugueses.

Ainda sim, durante a pesquisa, discutiu-se a carta como obra literária pertencente à literatura portuguesa ou brasileira. Percebeu-se neste estudo, que a Carta é de igual importância para as duas nações constituintes do universo narrativo de Caminha. Se em um primeiro momento, o escrivão se reporta ao rei de Portugal em caráter de servidão, em outro, ele se distancia desta tarefa e se aproxima da nova-terra, se faz admirar em suas descrições, prende-se a observar a fauna, a flora e as gentes, possibilitando ao leitor brasileiro conhecer, identificar, e perceber suas raízes nos trechos narrados por Caminha.

Ainda diante do texto de Caminha, permitiu-se contemplar o imaginário da época e melhor se pôde compreender as expectativas, os anseios e a mentalidade do momento das aventuras ultra marítimas. Portanto, as análises propostas neste trabalho exploratório puderam ser comprovadas e até mesmo superadas, uma vez que a **Carta de Caminha** pode ser apresentada também como uma forma inovadora de se estudar Literatura Brasileira, por se tratar também de uma fonte primária, que estabelece dessa forma, o paralelo entre História e Literatura e transita entre as interpretações da população portuguesa e também brasileira, sendo assim, demais estudos podem ser provenientes desta pesquisa.

É certo que o principal intuito desta dissertação buscou não rotular a Carta, mas observou-se que ela realmente caminha em direção ao gênero Crônica. E este

objetivo pôde ser alcançado ao se perceber que o cronista é aquele que está certo de sua missão, mas sem a expectativa de ser reconhecido ou premiado, é, sim, aquele que escreve sem esperar a reputação. Assim agiu Caminha que não se deteve à sua responsabilidade como contador da esquadra, mas quis prestar conta ao rei D. Manuel, desejoso ter um pedido particular atendido pelo monarca. Caminha assim o fez sem imaginar que o reconhecimento como escrivão da frota de Cabral lhe seria atribuído e que seu texto marcaria o início da História e da Literatura de uma nação.

Se escreveu com o objetivo particular de pedir um favor ao Rei de Portugal, foi, mesmo assim, o escrivão que emprestou seu olhar aos leitores, esclareceu em parte o que era desconhecido e despertou o interesse sobre a aventura do encontro das novas terras e das novas gentes. Portanto, teve **A Carta de Caminha** função de transmitir duas essenciais concepções: a desconstrução de alguns elementos do imaginário para a construção de uma narrativa a partir da experiência vivida, tornando-se, por sua vez, a crônica que sugere o marco inicial da Literatura Brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, Maria Luiza; PONTARA, Marcela Nogueira; FADEL, Tatiana. **Português língua e literatura**: volume único. São Paulo: Moderna, 2000.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Boca de luar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. A nova crítica. In: _____ et al. **Teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1973. p. 25-33.
- BARROS, José D'Assunção. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. **Conexão- Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, n. 11, v. 6, jan./ jun. 2007.
- _____. Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, n. 12, p. 129 -159, maio/ ago. 2012.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- BOTELHO, Cristina; FERREIRA, Luciana Cavalcanti. **Crítica literária**: conceito e evolução. Santa Catarina: UFSC, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/anacr_000/Downloads/travessia2010_letras01.pdf. Acesso em: 10 jul. 2015.
- BRAGA, Fabio William Lopes. **A carta de Caminha e o conceito de literatura na historiografia literária brasileira**. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras)- Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/94012>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento**: a verdadeira historia de expedição de Cabral. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales**: (1929 - 1989): a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Unesp, 1992.
- CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina C. **História e literatura**: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. Curitiba: UFPR, 2009.
- CAMINHA, Pero Vaz. **Carta ao rei Dom Manuel**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. Disponível em:< <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000162.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2016.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In:_____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162.

CANDIDO, Antonio. **A crônica: o gênero e suas fixações e transformações no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1992.

CASTRO, Sílvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. 4. ed. São Paulo: Atual, 2013.

CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Orgs.). **Literatura e história na América Latina**. São Paulo: Edusp, 1993.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 3. ed. rev. ampl.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

COUTINHO, Afrânio. **Antologia brasileira de literatura: epopeia, teatro, ensaio, crônica, oratória, cartas, memórias, diários, máximas, crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Distribuidora de Livros Escolares, 1967.

_____. **A literatura no Brasil: volume 1**. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1968.

_____. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

_____. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria (Orgs.). **A literatura no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Global, 199, v. 6, p. 117-43.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. Retrato da América quando jovem: imagens e representações sobre o Novo Continente entre os séculos XVI e XVIII (1992). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, 1992, p. 3-13.

_____. **Histórias da gente brasileira: volume 1: colônia**. São Paulo: Leya Brasil, 2016.

DONNARD, Ana. **O outro mundo dos celtas atlânticos e a mítica Brasil: ilha dos afortunados: primeiras abordagens**. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2009. Disponível em: <http://www.continuitas.org/texts/donnard_ilhabrasil.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2016.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. Tradução de Martins Fontes. São Paulo: Melhoramentos, 1983.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: _____. **O que é um autor**. Lisboa: Vega, 1992, p. 129-160.

GENS, Armando. Prefácio. In: SIMON, Luiz Carlos. **Duas ou três páginas desprentensiosas: a crônica: Rubem Braga e outros cronistas**. Londrina: EDUEL, 2011.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUERREIRO, Manuel Viegas; NUNES, Eduardo. **Pêro Vaz de Caminha**: a carta a el rei D. Manuel: clássicos do mundo português. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1974.

GIUCCI, Guillermo. Velhos e novos mundos: da conquista da América ao domínio do espaço cósmico. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v. 14, n. 7, 1991. p. 3-18.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: COLOMBO, Cristóvão. **Diários da descoberta da América**: as quatro viagens e o testamento. Porto Alegre: L&PM, 1998.

_____. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**: a época colonial: volume 1: do descobrimento à expansão territorial. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2011.

KOHLRAUSCH, Regina. Gênero epistolar: a carta na literatura, a literatura na carta, rede de sociabilidade, escrita de si. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 148-155, jan./jun. 2015. Disponível em: <revistaeletronica.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/21361/13422 >. Acesso em: 5 abril 2016.

LIMA, Marcos Hidemi de. Afrânio Coutinho e o New Criticism no Brasil. **Darandina**, Juiz de Fora, n. 2, p. 1- 8, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/darandina/files/2010/02/artigo15a.pdf>>. Acesso em: 9. Jul. 2015.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de narratologia**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2007.

MOISES, Massaud. **A criação literária**: prosa. São Paulo: Cultrix, 1982.

NICOLA, José de. **Literatura brasileira das origens aos nossos dias**. 15. ed. São Paulo: Scipione, 1999.

OLIVEIRA, Aline Cristina de. **Crônica**: um gênero menor?: indagações acerca do texto lítero-jornalístico. São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/Home/PosGraduacao/Letras/ColoquioLetras/alinecristina.pdf>> Acesso em: 14 abril. 2016.

PEREIRA, Paulo Roberto. **Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

PEREIRA, Sílvio Batista. **Vocabulário da carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: INL, 1964.

PICCHIO, Luciana Stegagno. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

RAMINELLI, Ronald. Serviços e mercês de vassalos da América Portuguesa. **Revista Historia y Sociedad**: Medelin, n. 12, p. 107-131, nov. 2006.

REDMOND, William Valentine. Aspectos da crônica no Brasil: uma reflexão crítica. **Verbo de Minas**: Letras, Juiz de Fora, v. 9, n. 17, p. 133 – 142, 2010.

RINALDI, Lucinea de. **Cronistas de viagem e viajantes cronistas**: o pêndulo da representação no Brasil Colonial. São Paulo: USP, 2007.

RONCARI, Luiz. **Literatura brasileira**: dos primeiros cronistas aos últimos românticos. São Paulo: Edusp, 1995.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. São Paulo: Ática, 1997.

SABINO, Ana Maria; SOUZA, Ivonete da Silva. Relatos de viajantes - um olhar sobre o "outro". **Pespectiva**, Florianópolis, v. 17, n. especial, p. 73 – 87, 1999.

SANTOS, Matildes Demétrio dos. **Ao sol carta é farol**: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas. São Paulo: Annablume, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.